

Anexo VI – Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa

Edital	EDITAL FAPERGS 05/2019 - PROGRAMA PESQUISADOR GAÚCHO-PQG
Termo de Outorga	19/2551-0001801-0
Nome do Outorgado	SERGIO LUIS ALLEBRANDT
Título do Projeto	Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral
Instituição	UNIJUÍ
Valor Financiador	R\$ 38.600,00
Área de Avaliação	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

1. Descrição do Projeto

1.1. Introdução

Descrever o contexto e as justificativas da pesquisa apoiada.

O Projeto “Observando o planejamento e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral” pretende analisar experiências participativas de controle social sobre processos de planejamento e desenvolvimento regional à luz da discussão da gestão social. Nos anos 80 houve um abandono da experiência brasileira de planejamento regional. Nos anos 90, ainda que timidamente, houve um retorno para a questão regional no Brasil. Vale lembrar a criação do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional no final dos anos 90.

Considerando que a estrutura federativa brasileira não contempla instância político-administrativa intermediária entre o estado e o município, diferentes experiências surgem nos estados brasileiros, visando a institucionalização de espaços de discussão e construção de políticas de desenvolvimento regional. É dentro desta lógica que diferentes processos sociopolíticos dão emergência, durante a década de noventa, aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul, aos Fóruns de Desenvolvimento Regional (FDRs) em Santa Catarina e aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (CRDS) no Ceará.



Diversos estudiosos têm analisado, sob diferentes enfoques, estas experiências nos últimos anos (BANDEIRA, 2000; BIRKNER, 2008; VEIGA, 2006; ALLEBRANDT, 2010; FELIPPE, SILVEIRA e ALLEBRANDT, 2015). Em 2013 e 2014 o OBSERVADOR aprovou e executou o Projeto de Pesquisa “Planejamento e Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes-RS” com apoio do EDITAL CNPq 18/2012, e do Edital 16/2012 - FAPERGS/FDRH, com o Projeto “Estratégias de planejamento e gestão regional no Rio Grande do Sul: O papel do Estado e da sociedade civil na elaboração dos planos estratégicos regionais de desenvolvimento”. Estes dois projetos estiveram sob a coordenação do Prof. Rogério Leandro Lima da Silveira (PPGDR/UNISC) e atuaram como programas associadas o PPGDR/UNISC, o PROPUR/UFRGS e o PPGDR/UNIJUÍ. Estes projetos possibilitaram uma análise e avaliação profunda dos planos estratégicos de desenvolvimento elaborados pelos Coredes em 2009 e 2010. Entre os resultados, foi publicado um livro organizado por professores do PPGDR/UNISC e PPGDR/UNIJUÍ: FELIPPI, A. C. T.; SILVEIRA, R. L. L.; ALLEBRANDT, S. L. (Orgs.). Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

Neste estudo já foi apontado por nós a necessidade de realizarmos nova pesquisa para poder se compreender como se apresentam nas diferentes regiões de abrangência dos Coredes-RS, a dinâmica e os processos de gestão e controle social dos territórios. Sabemos que cada região de abrangência dos diferentes Coredes do RS apresenta diferentes formações históricas e diferentes conteúdos sociais, culturais, ambientais e econômicos que condicionam o processo de planejamento do desenvolvimento regional e seus resultados no desenvolvimento territorial das regiões.

Mais recentemente, em Projeto de Pesquisa em Rede apoiado pelo Edital Pro-Integração/Capes 55/2013, (sob a coordenação do Programa de Estudos em Gestão Social da EBAPE/FGV), desenvolveram-se estudos sobre experiências de controle social do desenvolvimento regional em quatro países (Equador, Chile, Argentina e Brasil). No Brasil a experiência escolhida foi a de Coredes do noroeste gaúcho.

A gestão social, apesar de ser um conceito em construção na academia, já apresenta importantes avanços (TENÓRIO, 2012; CANÇADO, 2013a; 2013b). Neste projeto é



entendida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na transparência e inteligibilidade, promovendo a emancipação (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; CANÇADO, 2011). O controle social é hoje uma necessidade para a efetivação da democracia e o combate efetivo à corrupção. Desde a Constituição de 1988 já existem meios para a realização deste controle social via conselhos gestores de políticas públicas. Porém, esses conselhos ainda não realizam plenamente esse papel.

A gestão e o controle social do desenvolvimento são entendidos, portanto, como modelo político decisório que tem como um de seus elementos centrais a participação da população na definição das políticas públicas, isto é, a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva constitui-se em pressuposto teórico-normativo. Do ponto de vista teórico, deveria pautar-se em relações dialógicas entre os participantes, que, articulando cooperação e conflito, permitem que a cidadania decida orientada por diversos princípios, em especial os da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social ou bem comum.

A questão é se esta é uma visão idealizada, distante da realidade, ou uma possibilidade real na dinâmica de funcionamento da sociedade. Os espaços públicos em que se pratica a gestão social se constituem em processos de cidadania efetivos, que vêm produzindo mudanças, ainda que lentamente, na perspectiva pública dos indivíduos, na cultura da sociedade civil, na postura e modo de agir da sociedade política e no modus operandi da máquina burocrática e dos governos? Ou trata-se de mera retórica? Entende-se que se constitui em processo dialógico, que necessita ser construído e reconstruído permanentemente pelos participantes, para evitar o risco do controle corporativo, político ou administrativo por meio de cooptação e manipulação. Os diferentes arranjos institucionais que atuam na esfera pública, com suas regras, critérios, instâncias e espaços construídos pelos participantes, assumem um determinado desenho que confere operacionalidade ao processo da gestão social e do controle social. Orientada pela dialogicidade e pela intersubjetividade, a prática da gestão social e do controle social é capaz de transformar o modus operandi na definição e execução de políticas públicas e de impactar positivamente a cultura ainda incipiente de uma sociedade civil que se pautar pela solidariedade coletiva, pelo bem comum e pela cidadania republicana? Desta forma, este projeto busca estimular a pesquisa no âmbito de quatro Programas de Pós-Graduação integrantes do Observatório de Desenvolvimento



Regional (OBSERVA-DR), visando contribuir para a aproximação do construto de gestão social para o controle social das políticas públicas e do desenvolvimento regional: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unijuí (PPGDR/UNIJUÍ); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unisc (PPGDR/UNISC); Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – mestrado - do Campus Litoral Norte da UFRSGS (PGDREDES/UFRGS); e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – mestrado – do Campus Cerro Largo da UFFS (PPGDPP/UFFS).

Os lócus prioritários do estudo são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) nos quais estão localizadas as sedes dos quatro programas de pós-graduação integrantes da Pesquisa Rede: Corede Noroeste Colonial, Corede Vale do Rio Pardo, Corede Missões e Corede Litoral. A pesquisa, no entanto, considerará a rede de interfaces entre os arranjos institucionais e espaços públicos com ênfase nos Coredes e nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes). Os Coredes e regiões selecionadas para a pesquisa apresentam características particulares em relação a sua constituição geográfica, histórica e econômica, bem como apresentam diferentes trajetórias em relação ao processo de planejamento do desenvolvimento regional.

O projeto visa avançar na construção tanto na perspectiva teórica, como em Cançado (2011), quanto na prática por meio do estudo sobre conselhos, conforme realizado em Allebrandt (2002, 2010) e em Allebrandt e Tenório (2018). A pesquisa será baseada nos critérios de análise para cidadania e desenvolvimento local (TENÓRIO, 2012), bem como nos apontamentos realizados na adaptação desses critérios em Cançado (2013a), Allebrandt (2015), Allebrandt e Tenório (2018) e Cançado e Tenório (2018). Além disso, na primeira etapa da pesquisa, será realizada uma avaliação destes critérios, com vistas ao seu aperfeiçoamento crítico, adequando-os ao contexto das experiências de promoção do desenvolvimento territorial dos Coredes e Comudes. O objetivo central do projeto é analisar as dinâmicas de gestão social e controle social do desenvolvimento praticadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral.

1.2. Objetivos Propostos

Descrever o objetivo geral e os objetivos específicos propostos na pesquisa apoiada.



Objetivo geral:

Analisar as dinâmicas de gestão social e controle social do desenvolvimento praticadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral

Objetivos específicos:

- a) aprofundar o conhecimento teórico sobre gestão social e controle social do desenvolvimento regional;
- b) contribuir no processo de desenvolvimento de metodologia de avaliação, aperfeiçoando a matriz de categorias e critérios de análise para monitorar e avaliar as práticas de gestão social em organizações e espaços públicos voltadas ao controle social do desenvolvimento regional (conselhos de políticas públicas, conselhos municipais e regionais de desenvolvimento, fóruns);
- c) desenvolver um instrumento de coleta de dados para aperfeiçoamento da análise da gestão e controle social pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento tendo como base de análise os Conselhos Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral;
- d) contribuir para o fortalecimento do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), da Rede Ibero-americana de Desenvolvimento Territorial e de Governança (REDETEG), da Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) por meio da disseminação da temática e do aumento da produção científica na área.

1.3. Objetivos Alcançados

Apesar das dificuldades decorrentes da pandemia, e das conseqüentes adequações no escopo do projeto, houve resultados positivos em diversos aspectos, decorrentes das atividades do projeto.

Neste sentido, do ponto de vista teórico, integrantes da equipe vem contribuindo para o fortalecimento da gestão social enquanto conceito ainda em construção, do controle social enquanto elemento intrinsecamente relacionado à gestão social, para o avanço conceitual do desenvolvimento regional e na avaliação e desenvolvimento de políticas



públicas de planejamento territorial e de desenvolvimento regional. Estes avanços traduzem-se na produção dos integrantes da equipe e na participação em diferentes espaços de discussão acadêmica e redes de pesquisa.

No que se refere aos objetivos específicos:

- a) aprofundar o conhecimento teórico sobre gestão social e controle social do desenvolvimento regional:

Os debates realizados por integrantes da equipe do projeto ao longo do período viabilizaram o aprofundamento de elementos teóricos sobre a temática da gestão social, do controle social, do desenvolvimento territorial e regional e das políticas públicas. Os avanços se traduziram em publicações em eventos científicos da área e periódicos científicos. Parte destas publicações foram reunidas no volume 1 do livro *Gestão e Controle Social em Territórios: Elementos Teórico-Conceituais* <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2434>, organizado pelo Coordenador do Projeto, reunindo 8 capítulos. Destes, 8 integrantes da equipe original do Projeto participam como coautores em 6 capítulos, juntamente com 7 autores parceiros das redes de pesquisa sobre a temática. Dois capítulos são de autoria de pesquisadores parceiros das redes, cuja temática contribuiu para o aprofundamento das discussões do presente projeto.

- b) contribuir no processo de desenvolvimento de metodologia de avaliação, aperfeiçoando a matriz de categorias e critérios de análise para monitorar e avaliar as práticas de gestão social em organizações e espaços públicos voltadas ao controle social do desenvolvimento regional (conselhos de políticas públicas, conselhos municipais e regionais de desenvolvimento, fóruns):

Este objetivo foi alcançado por meio da utilização da matriz de categorias e critérios analíticos para a concretização da pesquisa vinculada a uma tese de doutorado no PPGDR/Unijuí. Esta tese está em fase conclusiva, com Banca de Defesa a ser realizada até a primeira quinzena de agosto de 2023.

Na segunda etapa do Projeto, o debate em torno da matriz analítica foi retomado com vistas à realização das entrevistas de forma presencial nos municípios sede das regiões de abrangência do projeto. Nesta etapa, avançou-se na definição de 7 categorias e 20 critérios analíticos da dimensão controle social.



Os resultados da utilização desta matriz estão parcialmente refletidos nos capítulos 9 e 10 do volume dois do livro *Gestão e Controle Social em Territórios: Análise de Práticas* <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2435>.

- c) desenvolver um instrumento de coleta de dados para aperfeiçoamento da análise da gestão e controle social pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento tendo como base de análise os Conselhos Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral:

Vinculado ao objetivo anterior, a partir da definição dos 20 critérios de análise, elaborou-se um conjunto de questões orientadoras, que se constituiu em roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas realizadas nos quatro lócus desta etapa da pesquisa. O tratamento dos dados contou com o auxílio do software N-Vivo, no qual se incluiu como “NÓS” as 7 categorias e 20 critérios, para viabilizar o tratamento dos dados e facilitar a extração de relatórios analíticos com vistas ao processo de análise e produção de resultados. Pretende-se levar a discussão em torno destes critérios analíticos para as Redes de pesquisa, viabilizando sua retestagem em outras regiões e com outros espaços públicos.

- d) contribuir para o fortalecimento do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), da Rede Ibero-americana de Desenvolvimento Territorial e de Governança (REDETEG), da Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) por meio da disseminação da temática e do aumento da produção científica na área. Foram realizadas nesta etapa entrevistas com 40 Conselhos Municipais:

Quanto ao fortalecimento das Redes, desde 2020 houve intensa participação em atividades desenvolvidas por elas, com a discussão de diversos temas relacionados ao escopo do projeto, contribuindo para o debate acadêmico e o avanço na produção do conhecimento. Em 2021 a atuação de integrantes do Projeto viabilizou a criação de uma nova Rede, a Red Latino-americana de Gestión Social (RELGS), fortalecendo ainda mais o debate em torno da temática da gestão social e do desenvolvimento territorial local e regional. Em 2021 participou-se ativamente do II Encuentro Latinoamericano de Gestión Social, organizado pela Universidad del



Valle (Colômbia) em 2022 realizou-se o III Encuentro Latinoamericano de Gestión Social de forma integrada ao III Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional, organizado pelo PPGDR/Unijuí. Em 2023 viabilizou-se ainda a criação do Instituto de Gestão Social (IGS), constituído como sociedade com personalidade jurídica, para fortalecer a atuação de seus membros e facilitar a obtenção de recursos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais com vistas ao avanço de projetos de pesquisa e extensão de forma integrada. Também em 2023, participou-se da realização do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs) organizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e pela UFRRJ.

2. Atividades Realizadas no período

Descrever as atividades realizadas em relação às atividades propostas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DE ABRIL DE 2020 A MAIO DE 2023:

Em função da pandemia Covid-19 as atividades do projeto, como estavam previstas, tiveram que ser adiadas ou reorganizadas para serem desenvolvidas no formato Online. Inicialmente houve adiamento para o início das atividades, na perspectiva de que pudessem ser retomadas quando os impedimentos e o distanciamento social determinado pela pandemia fossem eliminados. A expectativa era iniciar as atividades de campo ainda no primeiro semestre de 2021. No entanto, o recrudescimento da pandemia inviabilizou a retomada das atividades presenciais e o encontro regular da equipe de forma presencial. Mesmo assim, ainda que no formato on-line, diversas atividades foram sendo desenvolvidas. As equipes nos quatro lócus da pesquisa foram desenvolvendo atividades conforme era possível. Três das equipes elaboraram subprojetos específicos, conseguindo o apoio de bolsistas de iniciação científica, que estão atuando junto às equipes. A equipe organizou-se para realização de reuniões no formato Online, utilizando a ferramenta do GoogleMeet, aprofundamento das leituras teóricas sobre a temática, redirecionamento para acompanhar e monitorar a atuação dos Comitês de Crise instalados nas regiões, e os avanços e retrocessos decorrentes da pandemia no funcionamento de espaços públicos voltados à participação social e ao controle social.



O Projeto foi inserido na Red Latinoamericana de Gestión Social (RELAGS), que integra diversos Programas/universidades (Equador, Colômbia, Brasil). O Coordenador do Projeto foi um dos fundadores da Rede. A RELAGS realizou diversos encontros e reuniões de trabalho em 2021, com a participação de integrantes do Projeto, ampliando assim a perspectiva de aprofundamento teórico-metodológico, em consonância com os objetivos específicos do Projeto.

No que se refere às atividades desenvolvidas no período, descreve-se as mesmas em relação às atividades previstas no Projeto:

ATIVIDADE (A-1): 1. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNIJUÍ: primeiro encontro para desencadear a execução do projeto no âmbito dos quatro Coredes.

Esta atividade acabou não ocorrendo em função do contexto sanitário à época, assim como as demais atividades presenciais foram suspensas ao longo 2020 e 2021, e parte de 2022. No entanto, foram realizadas reuniões no formato Online, utilizando a ferramenta do GoogleMeet ao longo de todo o período de realização da pesquisa. Foram 20 reuniões gerais ou com coordenações locais, ou com integrantes de alguma das equipes dos quatro programas. Houve reuniões presenciais, em especial a partir de abril de 2022 no PPGDR/Unijuí, com presença de pesquisador da UFFS em várias delas. Também ocorreu um encontro presencial com a equipe do PGREDES/UFRGS no campus de Tramandaí em julho de 2022.

ATIVIDADE (A-2): Aprofundar o debate teórico/conceitual sobre Gestão Social e Controle Social enquanto princípios da democracia, participação e promoção do desenvolvimento regional.

Foram realizados debates teórico/conceituais sobre Gestão Social e Controle Social enquanto princípios da democracia, participação e promoção do desenvolvimento regional no âmbito de cada instituição participante do projeto, bem como em reuniões realizadas na modalidade virtual com participantes do projeto. Este debate também foi estabelecido no âmbito da Red Latinoamericana de Gestión Social criada em 2019/2020, durante a realização de seminários e3specíficos para debater aspectos teórico-conceituais e metodológicos sobre gestão social e controle social, conforme descrito em outras partes do relatório.

ATIVIDADE (A-3): Qualificar a matriz de categorias e critérios de análise desenvolvida pelo PEGS/EBAPE/FGV no que tange à gestão social e ampliada pelo



GPDeC/PPGDR/UNIJUÍ no que tange ao controle social, adequando-a ao estudo dos Coredes e suas dinâmicas de promoção do desenvolvimento regional.

Foi reelaborada matriz de categorias e critérios de análise, que foi utilizada para a organização do roteiro semiestruturado de entrevistas e que serviu para categorizar os nós do software N-Vivo para o tratamento dos dados no processo e análise.

ATIVIDADE (A-4): Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNISC: segundo encontro para avançar no debate teórico e analisar e adequar a matriz de categorias e critérios.

Foram realizadas reuniões no formato online e em 2022 presenciais com parte da equipe. As equipes da Unijuí e da UFFS ficaram com a tarefa de aprimorar a matriz de categorias e critérios, atividade que se desenvolveu em etapas. A versão aprimorada foi utilizada nas etapas de atividade campo, com entrevistas com conselheiros municipais que foram realizadas nas quatro regiões durante entre os meses de junho de 2022 a janeiro de 2023.

ATIVIDADE (A-5): Participação na XI ENAPEGS, em Maceió, Alagoas.

Em função da pandemia, o evento foi reformatado para a modalidade virtual e transferido para 24 a 27 de maio de 2021.

XI ENAPEGS – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL. Modalidade virtual - de 24 a 27 de maio de 2021. Foram apresentados os trabalhos:

CANÇADO, Airton Cardos; PEREIRA, José Roberto; **TENÓRIO, Fernando Guilherme**. Gestão Social como contraposição à Gestão Estratégica.

KRONEMBERGER, Thais Soares; **TENÓRIO, Fernando Guilherme**; **GUEDES**, Cezar Augusto Miranda. Gestão social em esferas públicas: a contribuição da abordagem das capacidades de Amartya Sen.

RIBAS, Taciana Angélica Moraes; **ALLEBRANDT, Sérgio Luís**; **KRÜGER**, Roseli Fistarol; **SILVA**, Gabriel Blass da. Gestão social e cidadania: o controle social do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

O prof. **Fernando G. Tenório** atuou como mediador em sessão temática no XI Enapegs:

GT 1. Sessão: Epistemologia, Metodologia e Aprendizagem em Gestão Social.

ATIVIDADE (A-6): Participação no II-SLAEDR / V-SIDER / III-SIDETER.



Reunião realizada no dia 03/11/2020, durante o II Slaedr - Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional - VI Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional - Sider, III Seminário da Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança - Sideteg (Evento organizado pelo PPGDR/Unijuí e apoio de diversas Redes, de 3 a 6 de novembro de 2020 – formato online).

Pauta: Avaliações das atividades desenvolvidas relacionadas ao projeto; discussões e previsão de execução das atividades para o primeiro semestre de 2021; discussões sobre Gestão Social e Controle Social. Participaram todos os participantes do projeto. No Evento também foram apresentados trabalhos, conforme item 3.1 deste relatório. Integrantes do Projeto integraram a comissão Científica do Evento e alguns integraram a Comissão Organizadora do Evento, cujo Coordenador geral foi o coordenado do Projeto.

ATIVIDADES (A-7 – Corede Litoral), (A8 – Corede Missões), (A9 – Corede Noroeste Colonial) e (A10 – Corede Vale do Rio Pardo): Realizar a primeira etapa da coleta de dados nas quatro regiões.

Estas atividades ficaram prejudicada totalmente pela Pandemia. No caso do Corede Noroeste Colonial, foi feito o envio do questionário no final do primeiro semestre de 2020, com praticamente nenhum retorno por parte dos Comudes. Constatou-se uma grande desarticulação dos conselhos municipais no período da pandemia. Por essa razão, optou-se por readequar a atividade de campo para 2022, concentrando em entrevistas apenas nos municípios polo de cada região. Decidiu-se ainda realizar entrevistas com representantes dos Coredes, ampliando inclusive para todos os Coredes do estado. Esta etapa foi realizada entre dezembro de 2020 de março de 2021, alcançando 25 Coredes, com entrevistas presenciais ou no formato online.

ATIVIDADE (A-11): Participação no V SEDRES, em Taubaté, SP, no PPGDR/UNITAU.

Este evento estava marcado para acontecer em setembro de 2020. Em função da pandemia, foi transferido para acontecer na modalidade virtual, e aconteceu em março de 2021. As atividades realizadas no Sedres estão expostas no item 3.1 deste relatório.

ATIVIDADE (A-11): Participação no V SEDRES, em Taubaté, SP, no PPGDR/UNITAU. Este evento estava marcado para acontecer em setembro de 2020.

Em função da pandemia, foi transferido para acontecer na modalidade virtual, e aconteceu em março de 2021. ATIVIDADES realizadas:

V SEDRES - Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – Modalidade Virtual. Dias 24, 25 e 26 de março de 2021.

MESA REDONDA II – RETROCESSOS E PERSPECTIVAS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Debatedores: Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota (UNICAMP-SP) Prof. Dr. **Sérgio Luis Allebrandt** (UNIJUI-RS) Prof. Dr. Vitarque Lucas Paes Coelho (Ministério do Desenvolvimento Regional-BR). Moderador: Prof. Dr. **Rogério Leandro Lima da Silveira** (UNISC-RS). A participação do Prof. Sérgio Luís Allebrandt no painel do evento focou na temática: Retrocessos e perspectivas para a Política nacional de Desenvolvimento Regional: foco na participação social e controle social.

SESSÃO LIVRE III - MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E CIDADES: QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Debatedores: Prof. Dr. **Rogério Leandro Lima da Silveira** (UNISC-RS) Profa. Dra. Temis Gomes Parente (UFT-TO). Moderadora: Profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis (UDESC-SC)

SESSÃO LIVRE I - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA

Debatedores: Profa. Dra. **Anelise Graciele Rambo** (UFRGS-RGS) Prof. Dr. Arilson Favareto (UFABC-SP) Prof. Dr. Cláudio Machado Maia ((Pós-Doutor pela PUC-RS/JC2 Inteligência Estratégica-SC)). Moderador: Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida (SC).

ATIVIDADE (A-12): Realizar o tratamento dos dados coletados com apoio do N-Vivo.

Esta atividade iniciou em janeiro de 2022, a partir da coleta dos dados por meio das entrevistas realizadas entre dezembro de 2021 e março de 2022. Como parte importante das entrevistas foi realizada nos meses de junho a setembro de 2022, esta atividade de tratamento dos dados se estendeu durante o segundo semestre de 2022 e 2023.

ATIVIDADE (A-13): 4. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDPP/UFFS: quarto encontro para avaliar a primeira etapa de atividades de campo e concluir o 1. relatório parcial das equipes locais.



A reunião presencial não aconteceu pelos motivos já alegados. A elaboração do Relatório Parcial foi assumida pela coordenação do projeto, com base nas informações repassadas pelos membros da equipe do projeto.

ATIVIDADES (A-14 – Corede Vale do Rio Pardo), (A15 – Corede Missões), (A16 – Corede Noroeste Colonial) e (A18 – Corede Litoral): Realizar a segunda etapa da coleta de dados nas quatro regiões.

Foram feitos levantamentos dos conselhos municipais existentes em Santo Ângelo e Ijuí, reunindo e digitalizando os Regimentos e Leis de sua criação. A partir de dezembro de 2021 foram realizadas entrevistas com os dirigentes dos quatro Coredes que integram o escopo original do Projeto e estendido aos integrantes dos demais Coredes do estado. No entanto, os esforços feitos no sentido de entrevistar os dirigentes de conselhos municipais de desenvolvimento (Comudes), foi infrutífera. Boa parte dos Comudes desarticulou-se parcial ou completamente durante a pandemia. Os depoimentos dos próprios representantes dos Coredes indicam que em muitas regiões a relação estabelecida passou a ser com os gestores municipais, até mesmo no processo da Consulta Popular, devido a esta desarticulação. Mesmo naqueles Coredes onde se conseguiu os contatos telefônicos e por e-mail dos dirigentes dos Comudes, a tentativa de marcar entrevistas, e o envio de questionários não obteve retorno minimamente significativo para a pesquisa. Em função disso, programou-se para os meses de junho a setembro de 2022 a aplicação de entrevistas com os conselhos municipais setoriais, programáticos e territoriais, nos municípios polos de cada Corede: Santo Ângelo, Ijuí, Santa Cruz do Sul e Tramandaí. Na região das Missões e Noroeste Colonial foi realizado um levantamento documental (Estatutos, Regimentos etc.) dos cinco Consórcios Intermunicipais ativos, além de entrevistas com integrantes dos Consórcios na região do Noroeste Colonial.

ATIVIDADE (A-17): 5. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNIJUÍ: quinto encontro para avaliar as análises em andamento e iniciar a segunda etapa de atividades de campo pelas equipes locais.

Foram realizadas reuniões on-line (do grupo ou das coordenações locais), os integrantes participaram em reuniões e eventos da RELAGS conforme descrito neste relatório.



ATIVIDADE (A-19): 6. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNISC: sexto encontro para avaliar as análises em andamento e definir a organização da produção dos artigos a partir dos resultados já existentes.

Pelos motivos já apontados esta reunião não foi realizada.

ATIVIDADE (A-20): Participação no X SIDR/UNISC, em setembro de 2021.

Houve participação de boa parte da equipe no evento, com apresentação de trabalhos, conforme descrito no item 3.1 deste relatório.

Participaram do evento 12 integrantes do Projeto, com a apresentação de 15 artigos, vários deles com vinculação direta ou indireta com as discussões decorrentes do Projeto.

A professora Cidonea Deponti participou da Mesa Redonda 2: Atores, Organizações Sociais e Desenvolvimento Regional: Sergio Montero (CIDER-Univ. de Los Andes-Colômbia); Daniella Gac (CEDER-ULAGOS); **Cidonea M. Deponti** (PPGDR-UNISC).

No dia 22 de setembro de 2020, aconteceu uma reunião com o coordenador geral do projeto e coordenadores de cada instituição participante, para redefinição de ações de cada grupo local.

Em 26 de outubro de 2020, foi realizada reunião entre os coordenadores para discutir a transferência de reunião geral agendada, transferindo-a para ocorrer dentro da programação do II Slaedr, conforme descrito na ATIVIDADE (A-6), acima.

Seminário geral da equipe foi agendada para ocorrer no dia 04/12/2020, teve que ser suspensa pelo fato de o coordenador do projeto ter positivado para Covid-19, o que o afastou das atividades por três semanas. Tendo em vista o período de recesso e férias em janeiro e fevereiro, o seminário foi transferido para março/abril. Este seminário ocorreu de forma integrada ao Seminário do Programa de Cooperación en Gestión Social para el Desarrollo Territorial / Red Latinoamericana de Gestión Social (RELAGS) realizado em 11 e 19 de março de 2021 com o tema “Fundamentos conceptuales y metodológicos de la Gestión Social”, conforme descrito no módulo deste relatório (Parcerias Institucionais) e no qual foram painelistas três integrantes do projeto.

ATIVIDADE (A-21): Redação dos capítulos de livro da pesquisa.

Tendo em vista a não utilização das diárias previstas para os encontros dos membros das equipes, solicitou-se remanejamento de valores das diárias para a organização de



dois livros. Foi firmado Termo Aditivo em abril de 2023. Assim, foram organizados dois volumes do livro “Gestão e Controle Social em Territórios”, o primeiro volume com o subtítulo “Elementos Teórico-conceituais” foi organizado reunindo produções realizadas por membros das equipes relacionadas e decorrentes da execução do projeto ao longo dos três anos ou que tinham importância para o debate sobre a temática do projeto. O segundo volume, com o subtítulo “Análise de práticas” reuniu as produções de membros das equipes decorrentes de análise teórico-empíricas vinculadas ao projeto e decorrentes das análises realizadas nos três anos, além de capítulos elaborados a partir da análise da última etapa de campo realizada. O projeto viabilizou ainda a publicação de um terceiro volume, com o subtítulo “Diálogos pertinentes”, que contou com apoio orçamentário de Edital interno da Universidade Federal Fronteira Sul.

ATIVIDADE (A-22): 7. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNIJUÍ: último encontro para avaliar as etapas desenvolvidas e encaminhar a elaboração dos relatórios técnicos e financeiros, estruturar o livro e definir prazos para elaboração dos capítulos visando encaminhamento à Editora.

Esta reunião presencial também não aconteceu. Como as outras atividades, a organização do livro foi realizada a partir de contatos e reuniões online com membros da equipe.

ATIVIDADE (A-23): Tramitação do livro na Editora

Os três volumes do livro foram concluídos e encontram-se disponíveis para download no site da Editora Unijuí de forma gratuita. Os dois primeiros volumes possuem versão impressa, que serão distribuídos aos integrantes das equipes e para as Redes e Programas de Pós-Graduação da área.

ATIVIDADES ADICIONAIS:

Tendo em vista a mudança de vigência do projeto, para 31 de maio de 2023, foi possível participar de outras edições de eventos de interesse da equipe do projeto:

III-SLAEDR/III-ELAGS/VI-SIDER

O 3. Simpósio Latino-americano de Estudos em Desenvolvimento Regional foi realizado de forma integrada com o 3. Encuentro Latinoamericano de Gestión Social e o 7. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional, de 8 a 11 de



novembro de 2022. O coordenador do Projeto e do PPGDR/Unijuí, professor Sérgio Luís Allebrandt foi o Coordenador Geral do Evento. Vários integrantes do Projeto integraram a Comissão Organizadora e todos os integrantes compuseram a Comissão Científica do evento. O evento foi realizado ainda no formato Online. Reunião da equipe do projeto foi realizada no dia 8 de novembro. Ainda no dia 8, no turno da tarde, foi realizada um Seminário da Red Latinoamericana de Gestión Social, em que foram apresentadas diversas experiências de extensão universitária integradas a pesquisas no âmbito da temática da gestão social. No dia 11 de de novembro foi realizada a Mesa Redonda 5:

Mesa 5: Gestão social, abordou três temas relacionados à gestão social: o Dr. Antonio Polo (Fundación Familia Salesiana del Ecuador) tratou de uma experiência comunitária equatoriana -La Laguna de los sueños; a Dra. Karem Sánchez de Roldán (Universidad del Valle –Colombia) tratou de Diálogos regionales vinculantes ¿Campos de posibilidad para la Gestión Social? Colombia y el Gobierno del Cambio 2022-2026; e o Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira (Eaesp/FGV) falou sobre a Gestão Social e a reconstrução democrática no Brasil. A mesa foi mediada pelo Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí).

VI SEDRES

O VI Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade foi realizado de forma presencial de 6 a 8 de dezembro de 2022 na Universidade Regional do Cariri (URCA) na cidade de Crato-CE, com o tema “Distopia, crise civilizatória ou fortalecimento dos sistemas sociais? Desenvolvimento em um cenário pós-Pandemia”.

Participação na Mesa Redonda IV – Conhecimento científico, universidades e desenvolvimento regional – Prof. Fernando César de Macedo Mota (IE-UNICAMP); Profa. Cidônea Machado Deponti (PPGDR-UNISC); Prof. Francisco do O’ de Lima Júnior (PPGERU-URCA; PLANDITES-UERN). Mediação: Profa. Themis Cristina Mesquita Soares. Local: Salão de Atos da URCA– Campus Pimenta – Crato – Ceará.

XX ENANPUR

O XX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur) foi realizado no formato presencial, de 22 a 26 de maio de 2023 no Centro de Eventos da UFPA. Dois integrantes do Projeto participaram do encontro:

Foram apresentados trabalhos:

MULLER, A. A.; ZANARDI, F. Aquém e além dos estereótipos: o fenômeno da pobreza segundo a visão de gestores públicos municipais no sul do Brasil. In: 20. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur 2023), 22 a 26 maio 2023, Belém-PA. Sessão Temática 02: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional.

MENDES, L. Z.; **MULLER, A. A.** Teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu e a sua aplicação aos estudos regionais. In: 20. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur 2023), 22 a 26 maio 2023, Belém-PA.

Sessão Temática 11: novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional.

SILVEIRA, R. L. L. da; FACCIN, C. R.; MACHADO, B. E. Cidades médias, interações espaciais e redes urbanas regionais: Identificando áreas urbanas funcionais em regiões do Rio Grande do Sul-Brasil. In: 20. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur 2023), 22 a 26 maio 2023, Belém-PA. Sessão Temática 3: Redes de cidades e a questão metropolitana.

FACCIN, C. R.; DETONI, L. P.; SILVEIRA, R. L. L. da. As mudanças na rede urbana e as cidades pequenas da Região dos Vales-RS. In: 20. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur 2023), 22 a 26 maio 2023, Belém-PA. Sessão Temática 3: Redes de cidades e a questão metropolitana.

Houve participação em Sessão Livre:

Sessão Temática 11: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional.

Sessão Livre 11 - Impasses do desenvolvimento regional no Brasil: Ivo Marcos Theis (PPGDR/FURB). Fernando César de Macedo (IE/Unicamp), **Cidônea M. Deponti** (PPGDR/UNISC), Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ).



XII ENAPEGS 2023

O XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social foi organizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT da UFRRJ, foi realizado no formato Online de 29 de maio a 1 de junho de 2023.

Integrantes do Projeto integraram a Comissão Científica e Organizadora do Evento. O Professor **Sérgio Luís Allebrandt** esteve na coordenação do Eixo Temático 5: Gestão Social e Políticas Públicas, ao qual foram submetidos 37 trabalhos. O professor **Fernando Guilherme Tenório** integrou a coordenação do Eixo 8: Gestão Social: epistemologias e metodologias.

Foram apresentados trabalhos por integrantes da equipe do projeto:

ALLEBRANDT, S. L.; BAGGIO, D. K.; PALHARINI, C. F. G.; POLLETO, L. F.; SCHORN, R. C. Políticas para cidades criativas, inteligentes, sustentáveis e interfaces com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: 12. Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs 2023), 29 maio a 1 junho 2023, Rio de Janeiro, UFRRJ. Formato Online.

BENSO, A.; ALLEBRANDT, S. L.; POLLETO, L. F.; RIBAS, T. A. M.; SCHERER, K. M. M. Gestão Social e o processo de enfrentamento da pandemia de Covid-19 sob perspectiva do bem comum. In: 12. Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs 2023), 29 maio a 1 junho 2023, Rio de Janeiro, UFRRJ. Formato Online.

SILVA, E. W. da; VIEIRA, E. L.; KUHN, I. N.; ALBARELLO, S. R.; ALLEBRANDT, S. L.; BASSO, L. Gestão social e cidadania: a renda e a participação do cidadão. In: 12. Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs 2023), 29 maio a 1 junho 2023, Rio de Janeiro, UFRRJ. Formato Online.

BONFADA, L. C.; ALLEBRANDT, S. L. Estudo acerca do exercício da cidadania através do acesso à justiça em cidades gaúchas não sedes de Comarca. In: 12. Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs 2023), 29 maio a 1 junho 2023, Rio de Janeiro, UFRRJ. Formato Online.



Ao longo dos três anos do Projeto foram realizadas mais de 20 reuniões com participação de integrantes de pelo menos duas das instituições integrantes do Projeto. Cada equipe também realizava suas reuniões específica se necessário. Alguns integrantes do Projeto participaram de cerca de 30 reuniões/encontros/seminários da Rede Latinoamericana de Gestión Social (Relags).

O período de junho a setembro de 2022 concentrou a atividade de campo nos municípios sede das regiões.

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS QUE VÃO AO ENCONTRO COM AS ATIVIDADES ESTABELECIDAS NO PROJETO:

1) Parceria com a REDETG: realização de painéis temáticos durante o ano de 2020

O coordenador do projeto, Dr. Sérgio Luis Allebrandt (Coordenador do PPGDR/Unijui) participou da organização e realização de painéis temáticos, em conjunto com a Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança – REDETEG. Durante o ano de 2020, foram realizados 08 Painéis com a participação de conferencistas e participantes de vários países. Em função da pandemia do Covid-19, os painéis foram realizados na modalidade virtual, sendo gerados através do google meet e transmitidos abertamente pelo portal no youtube.

Nesta programação, no dia 30 de junho, foi realizado o painel com o tema “Gestão e Controle Social em tempos de pandemia e autocratização: desafios e perspectivas no território” O evento foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijuí (PPGDR/UNIJUÍ) e a Rede Ibero-americana de Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), com apoio da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) e da Rede de Cooperação Interuniversitária para o Desenvolvimento e a Integração Regional (Red CIDIR).

O painel foi mediado pelo coordenador do Projeto e coordenador do PPGDR/UNIJUÍ, professor Dr. Sérgio Luís Allebrandt e contou com a participação como painelistas, o Dr. Guilherme Fernando Tenório, integrante do projeto, professor aposentado da EBAPE/FGV e que atua em diversos Programas de Pós-graduação do Brasil



(PPGDR/UNIJUÍ; PPGDR/UFT, Tocantins; PPGA/UFSC, Santa Catarina) e da América Latina (Universidad Andina Simón Bolívar; Universidad de Azuay), que abordou um conjunto de questões teóricas sobre a gestão social e a evolução deste conceito.

Para finalizar o painel, o palestrante Dr. Klever Efrain Naranjo Borja, que atua no Doutorado em Gestão Tecnológica da Escola Politécnica Nacional do Equador (EPN) trouxe o exemplo do processo comunitário de Salinas, no Equador. A comunidade, em 50 anos, teve um avanço significativo do processo de desenvolvimento territorial e, a partir da participação popular, construiu um sistema produtivo baseado em associações e cooperativas.

2) Participação em outros Programas de Pós-Graduação

- Participação como professor convidado na disciplina de Teorias do Desenvolvimento do PPGD Redes/UFRGS, integrado com a Universidade Estadual da Paraíba e FURB. Aula realizada no dia 22/10/2020.

Temática:

- ✓ Gestão e Controle Social do Desenvolvimento Regional. Ministrado pelo Professor Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí).

3) Participação em cursos de curta duração / extensão / capacitação

- Curso de Formação Política para a Sociedade, promovido pelo Projeto Cáritas em parceria com EBAPE/FGV. “Curso cidadania e controle social com ênfase nos conselhos municipais” - Turma 2020–Online, realizado nos dias 12 e 19 de novembro de 2020. O curso é coordenado pelo prof. **Fernando Guilherme Tenório** e conta com a participação de cerca de 50 alunos de todo o Brasil. O professor **Sérgio Luís Allebrandt** participa em um ou dois dos módulos dos referidos cursos:

Temáticas:

- ✓ Os Conselhos na Prática (I): potencialidades e limitações – Avaliação dos conselhos de políticas públicas; apresentação de um panorama sobre os conselhos: avanços e dificuldades. Ministrado pelo Professor Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí).



- ✓ Os Conselhos na Prática (II): o caso do Rio Grande do Sul - A experiência dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento: oportunidades e dificuldades. Ministrado pelo Professor Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí).

Fórum de discussão – Diálogo com participantes, convidados (as) e conselheiros (as).
Debatedores/Moderadores: Lucimar Ferraz; Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/Unijuí); Jeová Torres (CCSA/UFCA).

- Novas edições deste curso foram realizadas em 2021, 2022 e 2023, com a participação do Professor **Sérgio Luís Allebrandt**.

18 e 25 de outubro de 2021, com programação semelhante à do ano anterior.

29 de setembro de 2022: Conselhos Municipais: Papel do conselheiro; representatividade e articulação com as bases; habilidades do conselheiro.

20 de abril de 2023: Conselhos Municipais: Papel do conselheiro; representatividade e articulação com as bases; habilidades do conselheiro.

4) Programa de cooperación en gestión social para el desarrollo territorial / Red Latinoamericana de Gestión Social (RELAGS):

Os debates em torno do Programa viabilizaram a formalização da Red Latinoamericana de Gestión Social (RELAGS), com o objetivo fortalecer a cooperação entre programas de Pós-Graduação latinoamericanos para realizar “investigaciones con base en experiencias locales para generar métodos de intervención en gestión social para el desarrollo territorial”. As instituições participantes definiram projetos de pesquisa e extensão que se inserem no âmbito do Programa/Red. No caso do PPGDR/Unijuí, foram vinculados o presente projeto de pesquisa e o Projeto de Extensão Gestão Social e Cidadania: Parque da Pedreira. Nos últimos 12 meses foram realizadas dez reuniões de trabalho de pesquisadores (11/5, 9/6, 7/7, 7/9, 8/9, 9/9, 14/12, 1/2/22, 15/2/22, 5/5/22). Além das reuniões regulares, foram realizados dois eventos e submetido projeto a edital de fomento:

- a) Edital Universal: submetido projeto à Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021: “Observando o desenvolvimento regional na América Latina: gestão e controle social de territórios no Brasil, Colômbia e Equador”. O projeto teve aprovação quanto ao mérito, mas não foi contemplado com recursos;



b) Seminário Fundamentos conceptuales y metodológicos de la Gestión Social: Realizado em 11 de março e 19 de março de 2021, este seminário realizou debates em torno do conceito de gestão social, desenvolvimento territorial e fundamentos metodológicos da gestão social a partir de uma abordagem feita por diversos professores. Foram abordados Fundamentos conceptuales de Gestión Social (Prof. Fernando G. Tenório) e Fundamentos Metodológicos de la Gestión Social (Prof. Sérgio Luís Allebrandt). Também foi realizada uma análise do livro Gestión Social: epistemologia de um paradigma (Prof. Karem Sánchez). Na última etapa do Seminário foi feita uma apresentação sobre o significado de vinculación/extensión por quatro universidades participantes: EPN-Ec, Univalle-Colombia, UFCA, UNIJUÍ;

II Encuentro Latinoamericano de Gestión Social com o tema central Gestión social, democracia y participación ciudadana: o segundo encontro foi realizado no mês de outubro, nos dias 1, 8, 15, 22 e 29. Realizado no formato on-line, sob a coordenação da RELAGS e da Univalle de Cali, Colombia, contou com a participação de mais de 150 estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e atores sociais de diversos países latino-americanos. O prof. Sérgio Luís Allebrandt participou como painelistas no “Panel 4: Universidades: Gestión social – Docencia, Investigación y Extensión” e coordenou o “Panel 2: Organizaciones de la sociedade civil”.

III Encuentro latino-americano de Gestión Social, foi realizado de 8 a 11 de novembro de 2023, de forma integrada com o III Simpósio Latino-americano de Estudos de Desenvolvimento Regional e o VII Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional, organizado pelo PPGDR/Unijuí sob a coordenação do prof. **Sérgio Luís Allebrandt**.

3. Resultados Alcançados no período

Informar todos os resultados técnico-científicos efetivamente alcançados na execução da pesquisa relacionando-os àqueles esperados. Ater-se apenas aos resultados que decorreram especificamente da pesquisa apoiada.

Apesar das dificuldades decorrentes da pandemia, e das consequentes adequações no escopo do projeto, houve resultados positivos em diversos aspectos, decorrentes das atividades do projeto.



Neste sentido, do ponto de vista teórico, integrantes da equipe vem contribuindo para o fortalecimento da gestão social enquanto conceito ainda em construção, do controle social enquanto elemento intrinsecamente relacionado à gestão social, para o avanço conceitual do desenvolvimento regional e na avaliação e desenvolvimento de políticas públicas de planejamento territorial e de desenvolvimento regional. Estes avanços traduzem-se na produção dos integrantes da equipe e na participação em diferentes espaços de discussão acadêmica e redes de pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, entendemos que houve avanços na proposta de utilização de categorias e critérios de análise para processos de planejamento e promoção do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões e escalas. Reforça-se a continuidade da utilização da matriz de categorias e critérios já consolidada no que tange ao conceito de gestão social com cidadania deliberativa, a partir do entendimento de que cidadania deliberativa significa que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em *processos de discussão*, orientados pelos princípios da *inclusão*, do *pluralismo*, da *igualdade participativa*, da *autonomia* e do *bem comum*. Esta leitura a partir da teoria do agir comunicativo, da relação entre sistema e mundo da vida, da esfera pública, permitiram a utilização daqueles elementos conceituais como categorias analíticas, às quais foram agregados critérios específicos para monitorar e analisar processos e espaços de participação.

No nosso entendimento, porém, era necessário aprimorar uma nova categoria de análise o controle social – que, ainda que intrinsecamente ligada ao conceito de gestão social, necessitava de uma leitura específica para uma melhor compreensão e explicação enquanto elemento fundante dos processos de participação e intermediação entre a sociedade civil e o Estado. Neste sentido, foi elaborada a matriz de controle social, com 7 categorias e 20 critérios analíticos. Este conjunto de categorias e critérios foram traduzidos em questões orientadoras para viabilizar o diálogo com os atores sociais e agentes que atuam nos espaços públicos, em especial no caso deste projeto, nos conselhos municipais e regionais.

Entendemos que esta matriz se adequa enquanto procedimento metodológico para a qualificação do método da hermenêutica em profundidade, servindo de guia para os três momentos deste método – análise sócio-histórica, análise formal discursiva e interpretação/reinterpretação – a partir do território pre-interpretado do cotidiano –

interpretação da doxa – além de servirem também como elementos para o monitoramento das dinâmicas participativas pelos próprios sujeitos que voluntariamente atuam nestes espaços republicanos.

No entanto, é possível apontar que os espaços públicos e de interação entre a sociedade e o Estado, de maneira geral, vem sendo fragilizados no que se refere aos processos de participação, deliberação e controle sobre as políticas públicas no mundo todo. As consequências de fragilidade democrática e processos de autocratização em curso se refletem na dinâmica desses espaços públicos, que passam a se constituir muitas vezes em espaços de resistência, o que reforça a necessidade estudos sobre as práticas de controle social para a efetivação da democracia.

No que se refere às metas estabelecidas no projeto, fazemos as seguintes considerações.

Atividade: Reuniões da equipe da Rede

Resultado esperado: ampliação e aprofundamento do debate teórico sobre gestão social e cont4oel social do desenvolvimento regional

Meta: 7 reuniões realizadas alternadamente nos Programas integrantes da pesquisa

Como já foi explicado no relatório não ocorreram as reuniões presenciais. No entanto, aconteceram mais de 20 reuniões no formato online ao longo do período.

Atividade: Participação em Eventos científicos de interesse da área nos 3 anos

Meta: Participação de membros da equipe na XI ENAPEGS em Maceió (maio 2020); no II SLAEDR, IV SIDER e II SIDETEG em Ijuí (julho 2020); no V SEDRES e IV OBSERVA-DR em Taubaté, (setembro de 2020); na ENAPUR 2021 em Blumenau, SC (maio de 2021) e no X SIDR e VI OBSERVA-DR em Santa Cruz do Sul (setembro 2021).

Houve participação em todos estes eventos, conforme consta neste relatório na descrição das atividades executadas. Além disso, houve participação no XII ENAPEGS (maio de 2023), XX ENAPNPUR (maio de 2023), no III SAEDR/III ELAGS/VII SIDER (novembro de 2022), no VI SEDRES (dezembro de 2022).

Atividade: Participação no Encontro Anual de Avaliação e Planejamento dos Coredes-RS

Resultado esperado: Apresentação/devolução dos resultados da pesquisa



Meta: Participação em pelo menos um Encontro Anual dos Coredes (2021, 2022)

Houve participação no Encontro Anual de 2021, apresentando o projeto e realizando contatos para realização de entrevistas. A devolução dos resultados pretende ser realizada no encontro anual de 2023.

Atividade: Publicizar os resultados da pesquisa

Resultados esperados: Disseminação do conhecimento em planejamento e desenvolvimento regional, gestão social e controle social

Meta: pelo menos 4 artigos submetidos a periódicos B2 no mínimo e 1 livro publicado.

Foram publicados mais de 20 artigos decorrentes diretamente do projeto ou diretamente relacionados à temática, dos quais pelo menos 12 em periódicos classificados como estrato superior A1 a A4. Foram publicados 3 livros decorrentes do Projeto conforme indicados no item 3.1 do relatório.

Atividade: realizar a coleta de dados – questionários

Resultado esperado: levantamento de dados para o desenvolvimento da pesquisa nos quatro lócus regionais definidos

Meta: aplicar questionários aos integrantes dos Comudes e Coredes que atuam nos lócus da pesquisa

Devido a dificuldade de retorno de questionários em função da pandemia, após duas tentativas, optou-se por trabalhar apenas com entrevistas e análise documental

Atividade: realizar entrevistas semiestruturadas

Resultado esperado: levantamento de dados para o desenvolvimento da pesquisa

Meta: efetuar entrevistas nos quatro lócus da pesquisa

Foram realizadas 40 entrevistas junto a integrantes de conselhos municipais e 25 entrevistas com integrantes de Coredes



3.1. Produção técnico-científica (publicação em eventos, artigos científicos e patentes)

ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

ALLEBRANDT, S. L.; CARLI, P. De; NAUNDORF, B.; STASIAK, P. H. S.; BORCHARDT, L. Planejamento regional e pandemia. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 10, p. 1403-1428, 2020.

<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3317>

BENSO, A.; MUELLER, A. A.; ALLEBRANDT, S. L. Percepção dos cidadãos sobre o caráter regressivo da estrutura tributária brasileira: o caso da região Funcional 7 do Rio Grande do Sul. Informe Gepec (Impresso), v. 26, p. 275-298, 2022. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26880/20265>

CARDOSO, V. V.; MUELLER, A. A. Controle social nos hospitais filantrópicos do Corede Noroeste Colonial-RS: uma análise à luz da gestão social. Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 18, p. 73-89, 2021.

LISZBINSKI, B. B.; MENDES, L. Z.; TENORIO, F. G.; BRIZOLLA, M. M. B.; MUELLER, A. A. Consulta popular na perspectiva da gestão social: evidências em um conselho regional de desenvolvimento entre 2010-2019. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 11, p. 55-76, 2022.

PREDIGER, R. P.; ALLEBRANDT, S. L.; KRUGER, R. F.; CARLI, P. Os pequenos municípios brasileiros: viabilidade, direitos sociais e desenvolvimento local. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 27, p. 1-21, 2022.

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/17018>

RIBAS, T. A. M.; ALLEBRANDT, S. L.; STASIAK, P. H. S.; POLLETO, L. F. Controle social, participação e desenvolvimento: as experiências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul. Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 18, p. 52-72, 2021.

<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2024>

RIBAS, T. A. M.; GHIDORSI, J. D. B.; ALLEBRANDT, S. L.; KOHLER, R.; MAROSKI, K. M. Gestão social no terceiro setor e seus efeitos no desenvolvimento humano: um estudo de caso em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Research, Society and Development, v. 10, p. e48610111918, 2021.

RIBAS, T. A. M.; METOGBE, M.; ALLEBRANDT, S. L.; BRUM, A. L.; BRIZOLLA, M. M. B.; KRÜGER, R. F.; MAROSKI, K. M. Dinâmicas das organizações em rede no terceiro setor na perspectiva dos atores sociais que atuam em uma rede social no município de Ijuí - Rio Grande do Sul/Brasil. Research, Society and Development, v. 9, p. e29391211053, 2020.

RODRIGUES, M. S.; MEGIATO, E. I.; DAGNINO, R. S.; PANITZ, L.; WEBER, E. Análise da evolução do Sars-Cov-2 no Rio Grande do Sul e reflexões acerca do modelo de distanciamento controlado. Confins (Paris), 2021.

ROSA, C. da; ALLEBRANDT, S. L.; BAGGIO, D. K. A governança colaborativa no enfrentamento da pandemia de covid-19: um estudo a partir do modelo Hélice Quádrupla. Gestão & Regionalidade (Online), v. 39, p. 369-382, 2023.



ROTTA, E.; LAGO, I. C.; ROSSINI, N.; HENTGES, C.; KLEIN, E. Fundo público e políticas sociais: conselhos regionais de desenvolvimento do noroeste gaúcho. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, p. 5394-5414, 2021.

ROTTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimentismo e políticas sociais: apontamentos para o debate em curso. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, p. 33716-33739, 2020.

ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M.; ANDRADE, A.; QUADROS, D. de. Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão social. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, p. 84-99, 2022.

SAUSEN, J. F. C. L.; CARDOSO, V. V.; BAGGIO, D. K.; MUELLER, A. A. Controle social na saúde complementar em um município brasileiro do noroeste gaúcho: entre a gestão social e a gestão estratégica. *Interações*, v. 22, p. 421, 2021.

SILVEIRA, D. C. da; WBATUBA, B. B. R.; ORTIZ, L. C. V. Planejamento estratégico de desenvolvimento para a região do Corede Missões/RS-Brasil. *Geosul*, v. 35, p. 168-189, 2020.

SILVEIRA, R. L. L.; MACHADO, V. C.; AREND, S. C.; VOGT, H. Pandemia e Território: Observando a expansão e difusão territorial da Covid-19 na região do Vale do Rio Pardo-RS. *Barbarói (Unisc. Online)*, v. 1, p. 07-37, 2021.

TENÓRIO, F. G. A questão social acrescida. *NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social*, v. 11, p. 105-105, 2020.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36634>

TENÓRIO, F. G. Mais uma vez o conceito de gestão social. *Cadernos Ebape.BR (FGV)*, v. 18, p. 891-905, 2020.

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/C7cmxJrNFmcp98xJHhbKxDv/?format=pdf&lang=pt>

TENÓRIO, F. G.; PARRA, F. L.; TENÓRIO, G. M. Tem ancestralidade o conceito de gestão social? *Estudios de la Gestión*, v. 11, p. 19-17, 2022.

<https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/8452/1/04-TC-Tenorio-Lopez-Tenorio.pdf>

TENÓRIO, F. G.; TEIXEIRA, M. A. C. O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 13, p. 50, 2021. <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/10767>

THESING, N. J.; BORCHARDT, L.; NOGUEIRA, T. B. B. P.; GARDIN, L. B. *Oscip, Cidadania e Desenvolvimento Multidimensional*. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, p. 3968-3983, 2023.

ZANARDI, F.; SILVA, E. B. da; MUELLER, A. A. Fenômeno da pobreza sob a ótica de gestores públicos municipais: características e implicações no desenvolvimento local. *Conjecturas*, v. 22, p. 74-120, 2022.

LIVROS

CANCADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. *Gestão social: epistemologia de um paradigma*. 3. ed., 2022.

TENÓRIO, F. G. *Gestão social: um programa de ensino, pesquisa e extensão na FGV Ebape*. 1a. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.



ORGANIZAÇÃO DE LIVROS

ALLEBRANDT, S. L. (Org.). Gestão e Controle Social em Territórios: elementos teórico-conceituais. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2023. v. 1. 232 p.

<https://www.editoraunijui.com.br/produto/2434>

ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2023. v. 2. 286 p.

<https://www.editoraunijui.com.br/produto/2435>

ROTTA, E.; GERHARDT, M. C.; DRIEMEIER, G. S. Gestão e Controle Social em Territórios: Diálogos Pertinentes. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2023. v. 3. 330 p.

<https://www.editoraunijui.com.br/produto/2428>

ROTTA, E.; FRAGA, L. L.; OLIVEIRA, S. (Org.). Pensando o desenvolvimento do Noroeste do RS: diálogos interdisciplinares. 1. ed. Cruz Alta: Ed. Ilustração, 2022. v. 1. 373 p.

ROTTA, E.; LAGO, I. C.; KAPELINSKI, F. (Orgs.). Desenvolvimento e políticas públicas em perspectivas: alguns ensaios sobre seus dilemas e suas possibilidades. 1. ed. Cruz Alta: Ed. Ilustração, 2021. v. 1. 460 p.

SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C.; FELIPPI, A.C.T. (Orgs.). Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020. v. 1. 319 p.

SILVEIRA, R. L. L.; KARNOPP, E. (Orgs.). Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. 1. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. v. 1. 298 p.

CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBARELLO, S. R.; FORMENTINI, M.; ALLEBRANDT, S. L.; SILVA, E. W.; RASIA, P. C.; FRIEDERICHS, S. B. Gestão social e governança territorial para o desenvolvimento sustentável: uma experiência local. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 2, p. 145-156.

ALLEBRANDT, S. L.; CANCADO, A. C.; MUELLER, A. A. Gestão e controle social: uma relação entre sociedade e Estado. In: ALLEBRANDT, S. L. (Org.). Gestão e Controle Social em Territórios: elementos teórico-conceituais. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 1, p. 43-63.

ALLEBRANDT, S. L.; CARLI, P. De; NAUNDORF, B.; STASIAK, P. H. S.; BORCHARDT, L. Pandemia e planejamento regional: análise da gestão do Modelo de Distanciamento Controlado do Rio Grande do Sul. In: HECK, T. G. (Org.). Abordagem interdisciplinar da pandemia de Covid-19. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2022, p. 279-310.

ALLEBRANDT, S. L.; RIBAS, T. A. M.; KRUGER, R. F.; PREDIGER, R. P. Desenvolvimento Regional na Região do Corede Missões (Rio Grande do Sul) na perspectiva dos Agentes Públicos e Atores Sociais. In: FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M.; SILVEIRA, R. L. L. da (Orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento regional:



atores e estratégias em regiões do Brasil. 1ed.São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2020, p. 137-159.

BASSO, L.; SILVA, E. W.; VIEIRA, E. L.; ALLEBRANDT, S. L.; FORMENTINI, M.; ALBARELLO, S. R. Gestão social em territórios de vulnerabilidade: desafios e possibilidades. In: Editora Científica Digital. (Org.). Open Science Research IX. 1ed. Guarujá, SP: Editora Científica Digital Ltda, 2022, p. 1335-1353.

BENSO, A.; ALLEBRANDT, S. L. Gestão social da valorização da terra no Plano Diretor de Ijuí/RS. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 2, p. 71-89.

BENSO, A.; ALLEBRANDT, S. L.; RIBAS, T. A. M.; POLLETO, L. F.; SCHORN, R. C.; VEIGA, L. A. Dinâmicas de gestão do processo de distanciamento social durante a pandemia de Covid-19 sob o enfoque do bem comum em municípios do Corede Noroeste Colonial. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 2, p. 31-46.

BENSO, A.; PALHARINI, C. F. G.; POLLETO, L. F.; SCHORN, R. C.; SCHERER, K. M. M.; VALANDRO, R. R.; ALLEBRANDT, S. L. Gestão e controle social no Corede Noroeste Colonial. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 2, p. 173-235.

CARLI, P. De; ALLEBRANDT, S. L. Esfera pública em Jürgen Habermas. In: ALLEBRANDT, S. L. (Org.). Gestão e Controle Social em Territórios: elementos teórico-conceituais. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 1, p. 115-183.

CARVALHO, M. M.; ROTTA, E. Cidadania e gestão social: uma análise da experiência do Programa De Gestão Prisional. In: VASCONCELOS, A. W. S. de. (Org.). O direito e sua práxis. 1 ed. Ponta Grossa: Atena, 2022, v. IV, p. 97-110.

DEPONTI, C. M. Atores sociais: protagonistas do processo de desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L. L.; KARNOPP, E. (Orgs.). Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. 1 ed. São Paulo: Pedro e João, 2022, v. 1, p. 129-154.

DEPONTI, C. M.; STAVIZKI JR., C. Valorizando os territórios: desenvolvimento regional para além da dicotomia rural e urbano na experiência do município de Santa Cruz do Sul-RS. In: II Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional - II SLAEDR, VI SIDER, III SIDETEG, 2020, Ijuí. Anais do II SLAEDR, VI SIDER, III SIDETEG, 2020.

FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M. As estratégias de Desenvolvimento Regional do Corede do Vale do Rio Pardo-RS e a perspectiva das liberdades e capacidades. Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil. 1 ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020, v. 1, p. 81-111.

KIST, R. B. B.; SILVEIRA, R. L. L. A Organização Social das Pessoas Idosas nos Municípios do Corede Vale do Rio Pardo e o Desenvolvimento Regional. In: FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil. 1 ed. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2020, p. 161-191.



PREDIGER, R. P.; ROTTA, E.; ANES, C. E. R.; DALCIN, D.; HECK, C. J. H.; STASIAKI, F. F.; MELO, J. D. R.; SILVA, S. S. Gestão e controle social no Corede Missões. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2023, v. 2, p. 237-286.

RAMBO, A. G.; VIANNA, G. Políticas, atores, estratégias e desenvolvimento: reflexões a partir do Colegiado Territorial e do Conselho Regional de Desenvolvimento no Litoral Norte Gaúcho. In: FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil. 1 ed. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2020, p. 247-282.

RIBAS, T. A. M.; ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A.; POLLETO, L. F.; SCHORN, R. C.; NORO, E. S. Ações de controle social durante a pandemia no Corede Noroeste Colonial: análise das dinâmicas em Comitês de Enfrentamento da Covid-19. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Org.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 2, p. 15-30.

RIBAS, T. A. M.; ALLEBRANDT, S. L.; STASIAK, P. H. S.; POLLETO, L. F. Controle social, participação e desenvolvimento: experiências de Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul. In: ALLEBRANDT, S. L.; BENSO, A. (Orgs.). Gestão e Controle Social em Territórios: análise de práticas. 1ed.Ijuí: Editora Unijuí, 2023, v. 2, p. 47-70.

ROTTA, E.; ROSSINI, N. Políticas sociais e desenvolvimento em municípios de fronteira internacional: um olhar para a Região Funcional 7/RS. In: As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3. 1 ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, v. 1, p. 209-222.

SILVEIRA, D. C. da; WBATUBA, B. B. R.; AREND, S. C.; DEPONTI, C. M. O urbano e o rural no Corede Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul. In: PACÍFICO Filho, M. et al. (Orgs.). Urbanodiversidade: possibilidades e contradições. 1 ed. Palmas-TO: Ed. UFT, 2022, p. 153-184.

SILVEIRA, R. L. L. Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate. In: SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M.; FELIPPI, A. C. T. (Orgs.). Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional. 1 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020, v. 1, p. 36-63.

SILVEIRA, R. L. L.; SILVEIRA, D. C.; FACCIN, C. R.; GIACOMETTI, N. B.; SILVEIRA, T. F.; SEIBERT, C. As áreas urbanas funcionais das cidades médias de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa na Região Funcional de Planejamento 7 - Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, R. L. L.; FACCIN, C. R. (Orgs.). Urbanização, Cidades Médias e Dinâmicas Urbanas e Regionais. 1 ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021, v. 1, p. 98-123.

TREIB, R. R. W.; ROTTA, E.; THOMAS, T. R. Plano Diretor e Desenvolvimento Local: possibilidades a partir de um estudo de caso do município de Cerro Largo/RS. In: ROTTA, E.; FRAGA, L. L. F.; OLIVEIRA, S. de O. (Orgs.). Pensando o desenvolvimento do Noroeste do RS: diálogos interdisciplinares. 1 ed. Cruz Alta: Ed. Ilustração, 2022, v. 1, p. 297-318.



ARTIGOS COMPLETOS EM ANAIS DE EVENTOS

BENSO, A. ; ALLEBRANDT, S. L. . Estatuto da Cidade em periódicos da área de Planejamento Urbano e Regional. In: Salão do Conhecimento Unijuí 2022 - 27. Jornada de pesquisa, 2022, Ijuí, RS. Anais do Salão do Conhecimento Unijuí. Ijuí: Editora Unijuí, 2022. v. 8. p. 1-11.

SILVA, E. W. ; VIEIRA, E. L. ; KUHN, I. N. ; ALBARELLO, S. R. ; FORMENTINI, M. ; ALLEBRANDT, S. L. . Gestão social e cidadania: a renda e a participação do cidadão. In: Salão do Conhecimento Unijuí - 23. Jornada de Extensão, 2022, Ijuí. Anais do Salão do Conhecimento Unijuí. Ijuí: Editora Unijuí, 2022. v. 8. p. 1-15.

ROSA, C. da ; ALLEBRANDT, S. L. ; BAGGIO, D. K. . A governança colaborativa no enfrentamento do Covid-19 em um município gaúcho: um estudo a partir do modelo hélice quádrupla. In: 2. Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional; 6. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional; 3. Seminário da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, 2021, Ijuí, RS. Anais do II Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2021. v. 2. p. 261-275.

BENSO, A. ; ALLEBRANDT, S. L. . Justiça fiscal, participação cidadã e comunicação: a opinião dos cidadãos de uma região do Rio Grande do Sul e implicações no desenvolvimento regional. In: 2. Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional; 6. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional; 3. Seminário da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, 2021, Ijuí, RS. Anais do II Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2021. v. 2. p. 797-810.

RIBAS, T. A. M. ; ALLEBRANDT, S. L. ; POLLETO, L. F. ; KRUGER, R. F. ; STASIAK, P. H. S. ; METOGBE, M. . Controle social e desenvolvimento: vertentes conceituais. In: 2. Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional; 6. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional; 3. Seminário da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, 2021, Ijuí, RS. Anais do II Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2021. v. 2. p. 1243-1258.

BENSO, A. ; ALLEBRANDT, S. L. ; RIBAS, T. A. M. ; POLLETO, L. F. ; SCHORN, R. C. ; VEIGA, L. A. . Dinâmicas de gestão do processo de distanciamento social durante a pandemia de Covid-19 em municípios do Corede Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul sob o enfoque do bem comum. In: XXVI Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2021, 2021, IJUÍ. Anais da XXVI Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2021. IJUÍ: Editora Unijuí, 2021. v. 7. p. 1-16.

RIBAS, T. A. M. ; ALLEBRANDT, S. L. ; BENSO, A. ; POLLETO, L. F. ; SCHORN, R. C. ; NORO, E. S. . Ações de controle social durante a pandemia no Corede Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul: uma análise das dinâmicas dos Comitês de Enfrentamento à Covid-19. In: XXVI Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2021, 2021, IJUÍ. Anais da XXVI Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2021. IJUÍ: Editora Unijuí, 2021. v. 7. p. 1-16.



BENSO, A. ; ALLEBRANDT, S. L. . Instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade para a gestão social da valorização da terra: uma revisão sistemática da literatura. In: X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021, Santa Cruz do Sul, RS. Anais do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2021. v. 1. p. 1-13.

ALLEBRANDT, S. L.; CARLI, P. De ; MACHADO, G. F. . Controle social e pandemia: uma análise da Ouvidoria SUS do Rio Grande do Sul. In: X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021, Santa Cruz do Sul, RS. Anais do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2021. v. 1. p. 1-16.

RIBAS, T. A. M. ; ALLEBRANDT, S. L. ; KRUGER, R. F. ; HINNAH, D. . Segurança pública e gestão social: as dinâmicas do Programa Vizinhança Solidária (PVS) como instrumentos de participação da sociedade no policiamento comunitário. In: X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021, Santa Cruz do Sul, RS. Anais do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2021. v. 1. p. 1-11.

SCHORN, R. C. ; MUELLER, A. A. ; ALLEBRANDT, S. L. . Inclusão social de idosos por meio da acessibilidade e mobilidade urbana. In: 2. Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional; 6. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional; 3. Seminário da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, 2021, Ijuí. Anais do II Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. p. 1-13.

PREDIGER, R. P.; ALLEBRANDT, S. L. ; KRUGER, R. F. ; CARLI, P. De. Os pequenos municípios brasileiros: viabilidade, direitos sociais e incentivos econômicos. In: 2. Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional; 6. Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional; 3. Seminário da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, 2021, Ijuí. Anais do II Simpósio Latino-americano de Estudos do Desenvolvimento Regional. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. p. 1-15.

ALBARELLO, S. R.; ALLEBRANDT, S. L.; SILVA, E. W.; RASIA, P. C.; FRIEDERICHS, S. B. A gestão social e a governança territorial para o desenvolvimento sustentável: uma experiência local. In: XXV Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2020, 2020, IJUÍ. Anais da XXV Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2020. IJUÍ: Editora Unijuí, 2020. v. 6. p. 1-10.

RIBAS, T. A. M. ; ALLEBRANDT, S. L. ; STASIAK, P. H. S. ; POLLETO, L. F. . Controle social, participação e desenvolvimento: as experiências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul. In: XXV Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2020, 2020, IJUÍ. Anais da XXV Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2020. IJUÍ: Editora Unijuí, 2020. v. 6. p. 1-16.

MUELLER, A. A.; GALLON, A. A. ; FREES, D. . PARTICIPAÇÃO POPULAR: A RELEVÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DO SUS. In: Salão do Conhecimento, 2021. Anais do Salão do Conhecimento UNIJUÍ, 2021. v. 7.

CARDOSO, V. V. ; MUELLER, A. A. . CONTROLE SOCIAL NOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO COREDE NOROESTE COLONIAL/RS: UMA ANÁLISE À



LUZ DA GESTÃO SOCIAL. In: II Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR), 2021. Anais do II Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR), 2020. v. 2.

DEBONI, A. F. ; MUELLER, A. A. ; RADDATZ, V. L. S. . ACCOUNTABILITY E CONTROLE SOCIAL EM CIDADES MÉDIAS DO RIO GRANDE DO SUL: OS CASOS DE CRUZ ALTA, IJUÍ, SANTO ÂNGELO E SANTA ROSA. In: Salão do Conhecimento - XXV Jornada de Pesquisa, 2020. Anais do Salão do Conhecimento UNIJUÍ, 2020. v. 6.

RESUMOS EXPANDIDOS EM ANAIS DE EVENTOS

VEIGA, L. A. ; ALLEBRANDT, S. L. ; RIBAS, T. A. M. ; NORO, E. S. . Cidadania e controle social de territórios: desafios para os Comudes numa democracia em crise. In: Salão do Conhecimento Unijuí 2022 - 30. Seminário de Iniciação Científica, 2022, Ijuí, RS. Salão do Conhecimento Unijuí. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2022. v. 8. p. 1-5.

NORO, E. S. ; ALLEBRANDT, S. L. ; RIBAS, T. A. M. ; VEIGA, L. A. . Consulta Popular e as ações dos Coredes. In: Salão do Conhecimento Unijuí 2022 - 30. Seminário de Iniciação Científica, 2022, Ijuí. Anais do Salão do Conhecimento Unijuí. Ijuí: Editora Unijuí, 2022. v. 8. p. 1-5.

VEIGA, L. A. ; ALLEBRANDT, S. L. ; BENSO, A. ; RIBAS, T. A. M. ; SCHORN, R. C. ; NORO, E. S. . Controle social e processos de discussão: uma análise dos Comitês de Crise da Covid-19 nos municípios do Corede Noroeste Colonial do estado do Rio Grande do Sul. In: XXVI Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento Unijuí 2021, 2021, IJUÍ. Anais da XXIX Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2021. IJUÍ: Editora Unijuí, 2021. v. 7. p. 1-5.

NORO, E. S. ; ALLEBRANDT, S. L. ; RIBAS, T. A. M. ; BENSO, A. ; POLLETO, L. F. ; VEIGA, L. A. . Controle social e igualdade participativa: uma análise dos Comitês de Crise da Covid-19 nos municípios do Corede Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. In: XXIX Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2021, 2021, IJUÍ. Anais da XXIX Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2021. IJUÍ: Editora Unijuí, 2021. v. 7. p. 1-5.

SILVA, L. M. ; FORMENTINI, M. ; ALLEBRANDT, S. L. ; ALBARELLO, S. R. ; BASSO, L. . Gestão Social e Cidadania: a comunicação como instrumento de prática democrática. In: XXI Jornada de Extensão - Salão do Conhecimento Unijuí 2020, 2020, IJUÍ. Anais da XXI Jornada de Extensão - Salão do Conhecimento Unijuí 2020. IJUÍ: Editora Unijuí, 2020. v. 6. p. 1-5.

SILVA, G. B. ; ALLEBRANDT, S. L. ; RIBAS, T. A. M. ; POLLETO, L. F. . Controle social do desenvolvimento regional: avanços e desafios para os Coredes. In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2020, 2020, IJUÍ. Anais do XXVIII Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2020. IJUÍ: Editora Unijuí, 2020. v. 6. p. 1-7.

POLLETO, L. F. ; ALLEBRANDT, S. L. ; RIBAS, T. A. M. ; SILVA, G. B. . Análise da legislação vigente referentes aos Conselhos de Desenvolvimento Municipal (Comudes) do Corede Noroeste Colonial. In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2020, 2020, IJUÍ. Anais do

XXVIII Seminário de Iniciação Científica - Salão do Conhecimento Unijuí 2020. IJUÍ: Editora Unijuí, 2020. v. 6. p. 1-6.

ROGOSKI, B. L. ; ROTTA, Edemar . OBSERVANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL: GESTÃO E CONTROLE SOCIAL NO COREDE MISSÕES. In: XII Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS, 2022, Chapecó. XII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - UFFS. Anais. Chapecó: Editora da UFFS, 2022. v. 1. p. 1-5.

LIMA, Daniela Morais de ; PEREIRA, C. M. ; ROTTA, EDEMAR . EXPERIÊNCIAS LOCAIS EM POLÍTICAS SOCIAIS NA REGIÃO DAS MISSÕES: CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO. In: X JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFFS, 2020, Chapecó. JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - JIC. Anais. Chapecó: Editora da UFFS, 2020. v. 1. p. 1-

PEREIRA, C. M. ; LIMA, Daniela Morais de ; ROTTA, EDEMAR . EXPERIÊNCIAS LOCAIS EM POLÍTICAS SOCIAIS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DAS REGIÕES NOROESTE COLONIAL E CELEIRO. In: X Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS, 2020, Chapecó. Anais da X Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS - JIC.. Chapecó: Editora da UFFS, 2020. v. 1. p. 1-4.

3.2. Capacitação de recursos humanos

ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS DE TESE:

- a) **Patricia de Carli**. Regionalização do Sistema Único de Saúde e desenvolvimento: um estudo da Região de Saúde 20 do Rio Grande do Sul, Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.
- b) **Reneo Pedro Prediger**. Dados abertos como indutores da transparência em municípios brasileiros: um estudo a partir de municípios gaúchos. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.
- c) **Nedisson Luis Gessi**. Políticas públicas em regiões transfronteiriças: uma análise sobre experiências territoriais brasileiras e argentinas. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.
- d) EM FASE FINAL DE CONCLUSÃO – DEFESA PREVISTA PARA ATÉ 15/08/2023: **Taciana Angélica Moraes Ribas**. Participação, gestão e controle social no desenvolvimento regional: análise de práticas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Brasil. PPGDR/Unijuí. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.

ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS DE DISSERTAÇÕES:

- a) **Luiza Fracaro Polleto**. Cidades criativas e inteligentes: desafios para o planejamento e desenvolvimento de territórios. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.
- b) **Raíssa Castro Schorn**. Mobilidade e acessibilidade urbana: inclusão e controle social no planejamento de cidades média. 2022. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.

- c) Luana Borchardt. Transparência, accountability e controle social na gestão pública: análise dos processos de planejamento e execução orçamentária nas cidades médias da Região Funcional 7 do Rio Grande do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.
- d) Solane Trisch König. Agricultura familiar e desenvolvimento regional: um estudo no Corede Litoral do Rio Grande do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: **Anelise G Rambo**.
- e) Tarcio Ricardo Thomas. Programa Nacional de Habitação Rural: estudo da experiência de implantação no município de Bozano/RS. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Orientador: **Edemar Rotta**.

CONCLUSÃO DE ETAPA QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO:

- a) **Aline Benso**. Projeto: Gestão Social da Valorização da Terra no Planejamento Urbano de Cidades Médias da Região Geográfica Intermediária de Ijuí-RS. 2022. Exame de qualificação de doutorado no PPGDR/UNIJUÍ. Orientador: **Sérgio Luís Allebrandt**.

CONCLUSÃO DE TCCS (GRADUAÇÃO):

- a) **Datiele Enise Puiatti**. O Facebook como instrumento de comunicação: estudo de perfis de municípios do Corede Missões. 2022. (trabalha a dimensão do controle social da gestão pública, especialmente via plataformas de comunicação). Orientador: **Edemar Rotta**.
- b) **Erica da Silva Forgiarini**. Gestão pública municipal no enfrentamento da pandemia de Covid-19: a experiência de São Luiz Gonzaga-RS. 2022. (trabalha a experiência da gestão da pandemia em um município da região das missões; enfatiza as ações da gestão e as formas de relação com a sociedade). Trabalho de Conclusão de Curso de Administração na UFFS. Orientador: **Edemar Rotta**.
- c) **Paula Ester Sebastiany**. Observatórios sociais e qualificação dos gastos públicos municipais. (trabalha a dimensão do controle social via Observatórios Sociais). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração da UFFS. Orientador: **Edemar Rotta**.

ORIENTAÇÕES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO):

- a) Victoria Schiavoni. Subprojeto: **Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral**. Início: 2020. Iniciação científica - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Orientador: Anelise Graciele Rambo).
- b) Bruna Lais Rogoski. Bolsista PIBIC/CNPq. Subprojeto: **Observando O Desenvolvimento Regional No Rio Grande Do Sul: Gestão e Controle Social no Corede Missões**. Edital nº 121/GR/UFFS/2021; orientador: Edemar Rotta.
- c) Luíza Thum. Bolsista PIBIC. Subprojeto: **Observando O Desenvolvimento Regional No Rio Grande Do Sul: Gestão e Controle Social no Corede Missões**. Edital nº 270/GR/UFFS/2020; orientador: Edemar Rotta.



- d) Elidieli Sandro Noro. Bolsista PIBIC/CNPq. Subprojeto: **Cidadania e controle social no território do Corede Noroeste Colonial durante a pandemia Covid-19: desafios e oportunidades**. 2020/2021; UNIJUÍ; orientador: Sérgio Luís Allebrandt.
- e) Luciano Andrade Veiga. Bolsista PIBIC/CNPq. Subprojeto: **Cidadania e controle social de territórios em tempos de pandemia nos municípios do Corede Noroeste Colonial: interfaces entre a sociedade civil e as administrações municipais**. 2020/2021; UNIJUÍ; orientador: Sérgio Luís Allebrandt.
- f) Elidieli Sandro Noro. Bolsista PIBIC/CNPq. Subprojeto: **Cidadania e controle social de territórios: desafios e oportunidades**. 2021/2022; UNIJUÍ; orientador: Sérgio Luís Allebrandt.
- g) Luciano Andrade Veiga. Bolsista PIBIC/CNPq. Subprojeto: **Cidadania e controle social de territórios: desafios e oportunidades**. 2021/2022; UNIJUÍ; orientador: Sérgio Luís Allebrandt.

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA:

Curso Cidadania e controle com ênfase nos Conselhos Municipais: promovido pela CARITAS Arquidiocesana do Rio de Janeiro (em parceria com EBAPE/FGV, UFF e apoio da Faperj). As turmas são formadas a partir da inscrição gratuita aberta a interessados em atuar em conselhos municipais do Brasil todo, com vagas definidas até 50 participantes.

Turma 2020 -Online, realizado no mês de novembro de 2020: A coordenação geral do curso de formação é do prof. **Fernando G. Tenório**. Participou na formação o Coordenador do Projeto Fapergs:

- a) 12/11/2020: Os Conselhos na Prática (I): potencialidades e limitações – Avaliação dos conselhos de políticas públicas; apresentação de um panorama sobre os conselhos: avanços e dificuldades. Ministrado pelo Professor Dr. Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/Unijuí).
- b) 19/11/2020: Os Conselhos na Prática (II): o caso do Rio Grande do Sul - A experiência dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento: oportunidades e dificuldades. Ministrado pelo Professor Dr. Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/Unijuí).
- c) 17/12/2020: Fórum de discussão – Diálogo com participantes, convidados (as) e conselheiros (as). Debatedores/Moderadores: Lucimar Ferraz; Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/Unijuí); Jeová Torres (CCSA/UFCA).



Turma 2021 – Online, realizado nos meses de novembro e dezembro de 2021.

Participaram na formação ainda dois pesquisadores vinculados ao presente Projeto:

- a) 11/11/21: O papel dos conselheiros municipais: ministrado pelo Professor Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí);
- b) 25/11/21: Os Conselhos na Prática (II): o caso do Rio Grande do Sul - A experiência dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento: oportunidades e dificuldades: ministrado pela doutoranda **Taciana Angélica Moraes Ribas** (PPGDR/Unijuí);
- c) 02/12/21: Fórum de discussão – Diálogo com participantes, convidados (as) e conselheiros (as): doutoranda **Taciana Angélica Moraes Ribas** (PPGDR/Unijuí).

Turma 2022 – Online - realizado nos meses de setembro e outubro de 2022.

Participação do professor Sérgio Luís Allebrandt

- a) 29/09/2022: Conselhos Municipais: Papel do conselheiro; representatividade e articulação com as bases; habilidades do conselheiro. Ministrado pelo Professor Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí).

Turma 2023 – online – realizado em abril de 2023.

- b) 20/04/2023: Conselhos Municipais: Papel do conselheiro; representatividade e articulação com as bases; habilidades do conselheiro. Ministrado pelo Professor Dr. **Sérgio Luís Allebrandt** (PPGDR/Unijuí).

3.3. Outros

Mencionar outros resultados alcançados pela pesquisa que porventura não se enquadrem nas classificações anteriores.

PROJETO GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA: PARQUE DA PEDREIRA:

Integrado a este projeto, está o Projeto de extensão: **GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA - Parque da Pedreira**, na modalidade de Extensão - Ações Comunitárias, no Programa de Extensão: Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, na área de Conhecimento - **SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS**, sob a coordenação do professor Sérgio Luís Allebrandt até 31/12/2021 e da professora Sandra Regina Albarello a partir de janeiro de 2022. Participam ainda deste projeto, professores da graduação da Unijuí e professores voluntários, bem como, alunos de graduação

(bolsistas de extensão PIBEX). Conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Ijuí - RS.

O Parque da Pedreira, projeto idealizado pelo poder público municipal, fica nas proximidades de uma comunidade com fortes características de vulnerabilidade social, e esta passou a contar com este espaço de Parque Público, que ficou conhecido como Parque da Pedreira, local que por muitos anos funcionou uma pedreira, por isso o nome. O espaço atualmente desafia a cidadania e a responsabilidade compartilhada. O Território do Parque da Pedreira ocupa uma área urbana de 15,2 hectares na zona oeste da cidade de Ijuí. No território existe um espaço social e de convívio com praça, quiosques, passeios, um edifício com cozinha e espaço para desfrutar da paisagem e do lago.

Este é o principal desafio: disponibilizar os espaços de forma que se tornem o lugar de todos. Para tanto, é necessário haver uma gestão social dessas estruturas e aplicar uma governança territorial cujo principal ator é o poder público. Mas a população local não pode ficar de fora, pelo contrário, ela deve ser a protagonista. Suas associações de bairro devem ser parceiras neste processo. O projeto de extensão Gestão Social e Cidadania, visa contribuir para a articulação dos atores para a promoção do desenvolvimento local.

Para tanto, os integrantes do projeto trabalharam principalmente na interlocução com o poder público local, em que ocorreram várias reuniões para pensar em ações, no sentido de que os anseios da comunidade local fossem atendidos de forma que todos pudessem usufruir deste espaço, sendo corresponsáveis pelo cuidado. Em 2021 foi aplicado um questionário elaborado para traçar um perfil/diagnóstico da comunidade. O questionário foi aplicado presencialmente no segundo semestre, para todas as famílias integrantes da comunidade do Parque. Foram realizadas diversas atividades como oficinas de artesanato, preparação de alimentos, produção de hortaliças etc. Assim, o projeto Parque da Pedreira, tem gerado impactos positivos a pelo menos 200 famílias, cerca de 800 pessoas que vivem nas proximidades do parque, uma vez que as decisões foram tomadas em relação a utilização da Estação Parque da Pedreira que interferem na vida destas pessoas que vivem no entorno do parque.

PARTICIPAÇÃO COMO PAINELISTA E PALESTRANTE:

- a) Palestra no evento Formação Geral Docente da Unijuí: em 16/12/2022 o prof. Sérgio foi palestrante no painel “O mundo pós-pandemia: oportunidades e desafios para o desenvolvimento regional sustentável”, durante o programa anual de Formação Geral Docente organizado pelas Vice-reitorias de Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unijuí.
- b) Palestra no Seminário sobre Desenvolvimento Regional no RS: desigualdades regionais e planejamento federativo: da experiência acumulada às novas perspectivas, realizado de 4 a 20 de julho de 2022, promovido pela Rede Estação Democracia. Em 6 de julho de 2022 o prof. Sérgio participou da “Mesa 4: O Papel dos Coredes e das Universidades no enfrentamento das desigualdades regionais: sucessos, fracassos e perspectivas”.
- c) Palestra no Seminário Desenvolvimento Sustentável organizado pelo Instituto Inplantar e pela Unipar, em 11/02/2022 em Umuarama-PR. O prof. Sérgio abordou o tema Desenvolvimento, território e cidadania.
- d) Palestra no evento preparatório à IX Mostra Cultural do Instituto Federal Farroupilha (IFFar): em 19/7/2021 o prof. Sérgio foi palestrante num painel sobre o tema “Agenda 2030: desafios e realidades”, evento preparatório à IX Semana Cultural do IFFar, cujo tema em 2021 foram os ODS.
- e) Palestra no evento CRIE SMART-CITIES – UNIVATES: em 26/8 o prof. Sérgio participou como palestrante no evento promovido pela Univates, abordando o tema “A experiência de governança regional dos Coredes-RS” e os territórios inteligentes.
- f) Palestra na I Conferência internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão e IV Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Única: em 10/11 o prof. Sérgio participou como palestrante no evento promovido pela Faculdade Única de Ipatinga-MG, abordando o tema “Emprego digno e crescimento econômico”.
- g) Palestra no Ciclo de Lives Corede-Sul 30 anos: em 13/12 o prof. Sérgio participou como palestrante no evento organizado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul, Pelotas, com o tema “Coredes e desenvolvimento: potencialidades e desafios”.
- h) Semana Municipal da Inovação, Ciência, Tecnologia e Proteção de Dados do Município de Ijuí: em 14/10 o prof. Sérgio participou como



coordenador/mediador da Live “Cidade Inteligente: o que é e para quem?”, com foco na participação da sociedade.

- i) Salão do Conhecimento Unijuí 2021: em 29/10 o prof. Sérgio atuou como coordenador/mediador do painel sobre “Agenda 2030 e os desafios para o desenvolvimento territorial sustentável”, com a participação como palestrante do professor Valdir Roque Dallabrida.
- j) Seminário Nacional sobre os ODS/Agenda 2030 no Salão do Conhecimento Unijuí 2021: em 28/10 o prof. Sérgio atuou como mediador no painel “A implementação local da Agenda 2030: desafios e perspectivas de atores institucionais”.

4. Parcerias Institucionais

Indicar as instituições de P&D, empresas, órgãos públicos, e não-governamentais, sociedade civil, entre outras, que foram parceiras durante a execução da pesquisa, mostrando a articulação institucional vivenciada pela pesquisa.

- Fórum dos Coredes, Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes e Conselhos Municipais de Desenvolvimento - Comudes.

Desde o início do projeto, foi dialogado com os presidentes dos Coredes e Comudes, em que foram atualizados todos os contatos de cada conselho, para o envio dos questionários aos representantes dos conselhos.

Uma das metas/atividades desta pesquisa, era a participação dos encontros anuais do Fórum dos Coredes e dos Coredes. No entanto, não houve esses eventos em 2020 devido a pandemia.

No entanto, no dia 13 de maio de 2021, foi realizada uma reunião do Fórum dos Coredes na modalidade virtual, em que foi possível a participação de dois membros da equipe, que na oportunidade, explanaram sobre o andamento da pesquisa, bem como os objetivos do projeto. Em setembro de 2021 houve novamente a participação de integrante da equipe na reunião mensal do Fórum dos Coredes. Em dezembro de 2021 houve participação no Encontro Anual de Avaliação e Planejamento dos Coredes, realizado em Três Passos, no formato presencial. Esta participação facilitou a retomada das entrevistas com representantes dos Coredes. Para 2023 estão sendo feitos contatos



no sentido de participar do Encontro Anual 2023 ou em uma das Assembleias mensais para devolução dos resultados da pesquisa.

Nas regiões lócus da pesquisa manteve-se contatos com os respectivos Coredes, que auxiliaram na organização de contatos para a realização das entrevistas e obtenção de documentação no âmbito dos respectivos Coredes. As administrações municipais de Ijuí, Santo Ângelo, Tramandaí e Santa Cruz do Sul foram parceiras para organizar contatos com os Conselhos Municipais.

- Redes de Pesquisa

A Red Latinoamericana de Gestión Social (RELAGS), o Observatório de Desenvolvimento Regional (Observa-DR) foram importantes para discussões teóricas e metodológicas vinculadas ao projeto e que permitirão a continuidade na construção do conhecimento na temática abordada pelo projeto. A Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) permitiu ampliar os debates, em especial pela participação na organização nas comunicações realizadas nos Encontros Nacionais (Enapegs).

5. Dificuldades encontradas e sugestões

Descrever as principais dificuldades de caráter técnico-científico, financeiro, administrativo, e gerencial enfrentadas até o presente momento da pesquisa apoiada.

As principais dificuldades encontradas ao longo do período de execução do projeto foram as relacionadas com a pandemia Covid-19, pois todos os esforços dos órgãos públicos, relevantes para esta pesquisa, estavam concentrados nas ações para o enfrentamento do Coronavírus; os Conselhos Municipais, em especial, passaram por um processo de desarticulação, em muitos casos, ou de concentração em atividades específicas relacionadas às consequências da pandemia. Também o setor público, de maneira geral, voltou-se quase integralmente ao setor da saúde, deixando outras discussões em segundo plano. Isso dificultou a atualização dos dados dos conselhos, acarretou a não devolução dos questionários enviados, fazendo com que a equipe do projeto reavaliasse e readequasse o desenvolvimento das atividades propostas. Apesar de ter-se viabilizado a realização de um bloco de entrevistas entre janeiro e março de 2022, este bloco ficou mais restrito aos dirigentes e integrantes do Coredes. Mesmo assim, nos meses de junho a setembro de 2022 foi possível realizar as atividades de campo, com entrevistas em profundidade, ainda que em lócus reduzido para quatro municípios, os municípios sedes dos quatro Coredes integrantes da pesquisa.



6. Conclusões e Perspectivas

Descrever as conclusões finais do projeto e apresentar as perspectivas para finalizar a pesquisa apoiada.

A temática dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) tem marcado presença nos espaços sociais, políticos, econômicos e acadêmicos gaúchos ao longo dos últimos 32 anos.

De fato, a análise histórico-social do final dos anos 1980 e da década de 1990 nos conduz à existência de um processo de inovação no cenário político gaúcho, traduzido por muitos como um processo de educação política pela participação social no debate sobre o desenvolvimento regional. Tratava-se de ampliar os espaços públicos de participação e de estabelecer novas relações de poder, em que o protagonismo dos espaços públicos passava a ser assumido por novos atores da sociedade civil.

Sem dúvida, este novo cenário da última década do século 20 fazia *coro* com a então dinâmica da sociedade brasileira que, após o silêncio imposto por mais de duas décadas de regime militar, conquistava e ocupava espaços que culminaram, numa primeira fase, na constituinte nacional e, na sua esteira, nas constituintes estaduais e municipais. A sociedade civil brasileira, por meio de seus movimentos sociais – tradicionais e novos – buscou na constituinte a construção de uma Carta Magna que viabilizasse uma democracia mais estável e perene. Nesta busca, sonhos adormecidos durante décadas vieram à tona, dando as mãos a corporativismos (hoje vistos como nefastos), seja de funcionários públicos, de segmentos mais organizados da sociedade, seja dos *lobbies* das corporações nacionais e estrangeiras detentoras dos capitais e, já então, inseridas – ao contrário da sociedade civil recém desperta da obscuridade do regime de exceção – na dinâmica do novo paradigma de produção capitalista flexível e globalizada.

Tratou-se de um dos períodos da história nacional em que, ainda que pacificamente, a sociedade civil, por meio de seus segmentos mais organizados, consegue estabelecer um equilíbrio, ainda que tênue e provisório, com os outros segmentos da sociedade: o Estado e o mercado.



Não foi à toa, portanto, que o país adotou, a partir da Constituição Cidadã de 1988, um regime federativo de *democracia semi-direta*. Democracia semi-direta porque, ao lado da *democracia representativa* – concretizada pela eleição de nossos representantes junto ao executivo e legislativo nas três esferas que compõem o Estado federativo brasileiro – a sociedade conquistou a *democracia direta*, ou *participativa*, consubstanciada pelos instrumentos da participação direta da população no processo legislativo – plebiscito, referendun e leis de iniciativa popular – e pela exigência de participação dos segmentos representativos da sociedade nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas, em diferentes espaços públicos, concedidos e/ou institucionalizados pelo Estado – como as audiências públicas – ou, ainda que também institucionalizados, fruto da pressão da sociedade civil organizada, como os conselhos gestores de políticas públicas e, no caso do Rio Grande do Sul, os conselhos regionais e municipais de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, porém, que a sociedade brasileira lutava na constituinte por garantir direitos cidadãos e benefícios típicos do Estado de Bem-Estar Social, no mundo todo o *Welfare State* estava em plena decadência, com as reformas neoliberais por um Estado mínimo, exigência do processo de flexibilização do modo de produção capitalista, que requeria um novo papel para o Estado. Por isso, na década de 1990 convivemos com a luta pela regulamentação de diversos dispositivos da Constituição ao mesmo tempo em que já enfrentávamos a necessidade de reformas (administrativa, tributária, previdenciária) que demandavam emendas para rever dispositivos constitucionais sequer implementados. O Brasil, como de resto boa parte dos países da América Latina, submeteu-se ao Consenso de Washington, um pacote de recomendações econômicas definidas em 1989 pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), imposto aos países emergentes, em especial aos latinoamericanos. As consequências da aplicação de algumas das ou todas as dez receitas do Consenso de Washington foi, entre outras, a aceleração do processo de desindustrialização, estagnação do desenvolvimento socioeconômico, aumento do desemprego na maioria dos casos, aumento acelerado das desigualdades sociais e regionais, elevação da taxa de juros.



Na virada para o século 21 a América Latina experimentou a chamada “onda rosa” de governos progressistas na maioria dos países. Estes governos, ainda que não tenham se afastado das políticas neoliberais (tripé macroeconômico: meta fiscal/superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação, garantindo uma taxa elevada de juros reais por exigência da elite de capitalistas rentistas e financistas e seus aliados da coalização política neoliberal), implementaram políticas de inclusão social, transferência de renda e aumento real de salário mínimo, que viabilizaram uma redução, ainda que insuficiente, nas desigualdades sociais, além de experimentarem, em algum grau, a retomada de políticas de industrialização, visando a redução das taxas de desemprego.

Mas não foi suficiente, tanto que a segunda década deste século vivenciou uma “onda azul” de governos conservadores de direita e centro-direita, com o recrudescimento das políticas neoliberais, além de um ataque aos avanços nos costumes e na democracia. Na democracia representativa é bom lembrar a adoção de guerras híbridas em todo mundo, com o objetivo de substituir governos indesejados, como no caso do golpe/impeachment da presidenta Dilma Roussef. Na democracia participativa o retrocesso pode ser exemplificado pelo Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019, anunciado pelo governo Bolsonaro como principal feito dos primeiros 100 dias de seu governo, que extinguiu em torno de 700 conselhos e colegiados da esfera federal, formados por governo e sociedade civil.

Chega-se à terceira década deste século com o anúncio de uma nova “onda rosa”? Se é fato que hoje apenas seis países da América Latina possuem governos de direita (Uruguai, Paraguai e Equador na América do Sul; El Salvador, Guatemala e Costa Rica na América Central), é fato também que os parlamentos de diversos países estão entre os mais conservadores da história, fazendo com que os governos progressistas venham sofrendo derrotas na tentativa de se afastarem do receituário neoliberal e retomarem experiências mais desenvolvimentistas. Além disso, vários destes governos progressistas chegaram ao poder, como no caso brasileiro, pelas chamadas frentes amplas que incluem partidos e lideranças que vão do espectro político da extrema esquerda à centro-direita, que complexifica a governança e a governabilidade.



Em suma, no mundo todo a direita e extrema direita tem tido avanços significativos nos parlamentos, sustentados no bordão “liberal na economia e conservador nos costumes”.

Tendo presente este escopo político-econômico, o que passa com a participação social no Rio Grande do Sul?

Os espaços públicos como conselhos gestores de políticas públicas, conselhos municipais, observatórios sociais ou de cidadania, conselhos regionais e municipais de desenvolvimento, práticas de orçamento participativo e consultas populares, continuam ativos e protagonistas em processos de promoção do desenvolvimento e controle social sobre a gestão das políticas públicas?

A gestão e o controle social do desenvolvimento são entendidos como modelo político decisório que tem como um de seus elementos centrais a participação da população na definição das políticas públicas, isto é, a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva constitui-se em pressuposto teórico-normativo.

Do ponto de vista teórico, deveria pautar-se em relações dialógicas entre os participantes, que, articulando cooperação e conflito, permitem que a cidadania decida orientada por diversos princípios, em especial os da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social ou bem comum.

A questão é se esta é uma visão idealizada, distante da realidade, ou uma possibilidade real na dinâmica de funcionamento da sociedade. Os espaços públicos em que se pratica a gestão social e o controle social se constituem em processos de cidadania efetivos, que vêm produzindo mudanças, ainda que lentamente, na perspectiva pública dos indivíduos, na cultura da sociedade civil, na postura e modo de agir da sociedade política e no *modus operandi* da máquina burocrática e dos governos? Ou trata-se de mera retórica?

A prática da gestão social e do controle social continua de fato orientada pela dialogicidade e pela intersubjetividade? E se for, é de fato capaz de transformar o *modus operandi* na definição e execução de políticas públicas e de impactar positivamente a



cultura ainda incipiente de uma sociedade civil que se pautava pela solidariedade coletiva, pelo bem comum e pela cidadania republicana?

Estas foram questões colocadas à realidade quando da submissão do presente projeto de pesquisa ao Edital Pesquisador Gaúcho em 2019. Passados quase quatro anos, temos respostas a estas questões? O que dizem os resultados a que chegamos no processo de interpretação/reinterpretação da realidade encontrada nos lócus da pesquisa?

No que se refere aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), é imperioso constatar a força deste arranjo institucional que já supera 30 anos de existência, sobrevivendo a 9 diferentes governos e parlamentos estaduais. Os Coredes são instrumentos consolidados no que se refere ao embasamento e amparo legal, constituindo-se no que pode ser chamado de um instrumento institucionalizado como política de Estado, não correndo risco de extinção por ação de um ou outro governo. No entanto, evidencia-se que passam por um processo de fragilização de sua efetividade como espaço público de cidadania interativa de real reconhecimento pela sociedade e pelas instâncias estatais nas esferas municipal e estadual.

Se é positivo que os 28 Coredes estão neste início de 2023 concluindo a terceira edição de seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento com apoio financeiro do governo estadual, há evidências de fragilidade no que diz respeito à gestão e ao controle social.

Uma das ações que fortaleceu o reconhecimento dos Coredes e da democracia participativa ao longo dos anos foi a organização dos processos das Consultas Populares que anualmente decidem pelo voto voluntário da população a inclusão de projetos de investimentos regionais no orçamento estadual. Se os valores da CP chegaram a representar cerca de 1,7% do orçamento estadual em 2003/2006, em 2023, apesar do aumento do valor de 30 para 55 milhões, representa apenas 0,07% do orçamento. Em contrapartida, se em 2014 a participação dos eleitores chegou a 16%, em 2023 chegou a apenas 1,6%.

O embate entre a democracia participativa e representativa continua presente. No primeiro ano do primeiro governo Leite, o parlamento gaúcho conquistou a instituição



de emendas parlamentares (instituto que a sociedade gaúcha tem historicamente rejeitado). Isso foi viabilizado pela redução do valor da CP de 80 para 20 milhões naquele ano, permitindo ao governo destinar 55 milhões para as emendas. E não há evidências de que os parlamentares utilizem em sua destinação para as regiões os Planos de Desenvolvimento elaborados sob a coordenação dos Coredes.

Os Coredes também não avançaram juntamente com os Comudes para viabilizar a realização de orçamentos municipais participativos, em boa parte, pela resistência dos legislativos locais.

No que concerne ao controle social, o entendimento de vários Coredes, inclusive, é de que eles não possuem atribuição de controle social sobre as políticas públicas, atribuição que seria de outras instâncias, como os Observatórios Sociais recentemente incentivados pelo Ministério Público Federal e que vem sendo instituídos em alguns municípios, vinculados a Associações Comerciais e Industriais, com apoio de órgãos locais vinculados à OAB, CRA e CRC.

Quanto aos conselhos municipais, a realidade não é diferente. Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE demonstram inatividade e pouca participação em muitos conselhos no País. No caso quatro municípios em que foram realizadas as entrevistas, observamos um esforço, principalmente dos representantes da sociedade civil, em manter e fortalecer os conselhos. Em alguns casos, fica explícito que o Poder Público parece compreender estes espaços como mais uma burocracia a ser atendida pela gestão pública. Em outros, ao contrário, consideram os espaços importantes, mas evidencia-se tentativas de seu aparelhamento e condução pelos representantes do governo. Ao mesmo tempo, a sociedade em geral parece não ter conhecimento acerca dos papéis consultivos e deliberativos, frente ao desinteresse em participar desses espaços. Por outro lado, em municípios onde o caráter deliberativo foi uma clara conquista da sociedade no início dos anos 1990 (Lei Orgânica Municipal), nos anos 2010 emendas complementares modificaram este caráter para consultivo e opinativo.



Os conselhos municipais têm sido presas mais fáceis de aparelhamento, tanto partidário ou de governo, como de determinadas instituições da sociedade, dificultando o cumprimento de suas funções de promotores de políticas com vistas ao desenvolvimento local/regional e, no caso dos Comudes, de articuladores da dinâmica de interação e controle social em que atuam os diferentes e diversos conselhos setoriais e programáticos que existem nos municípios.

Diminuir a desigualdade regional e respeitar a diversidade – natural, social, cultural – passa pela gestão social e pelo controle social, como já defendemos acima. E, já que os conselhos seguem “à disposição”, por força da lei, parece urgente modificar a realidade apontada neste estudo e, enquanto sociedade, ocupar estes espaços e gerir o desenvolvimento em prol das reais demandas e necessidades, promovendo o bem viver, ou então, uma vida mais livre e desimpedida.

Entende-se que os conselhos são espaços em que se deve viabilizar processos dialógicos, que necessitam ser construídos e reconstruídos permanentemente pelos participantes, para evitar o risco do controle corporativo, político ou administrativo por meio de cooptação e manipulação.

No entanto, a formação de conselheiros é fundamental para uma atuação consciente. Para ser conselheiro, é preciso conhecer como funciona o conselho, a máquina pública e a sociedade, ou seja, a realidade social dos cidadãos. Por isso, os conselhos devem se constituir em espaços permanentes de aprendizagem. Logo, quando os conselheiros assumem, é na dinâmica das interações que eles desenvolvem conhecimentos.

No entanto, é preciso enfatizar que a qualificação dos conselheiros é um objetivo a ser alcançado para que o processo avance mais rapidamente. Por isso, entende-se que programas de educação continuada de que participem as diversas áreas do saber que contribuem no entendimento das funções dos diversos conselhos na gestão, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas é de fundamental importância para dar consistência, dinamismo e visão ampla do seu papel interativo na



relação sociedade civil e Estado, resguardadas a autonomia, mas tendo em vista a cidadania com qualidade de vida e a democracia.

A Constituição Cidadã de 1988 abriu a possibilidade de os cidadãos participarem das decisões sobre a gestão do desenvolvimento por meio dos Conselhos, nas três esferas de governo. Assim, se nos anos 1990 houve grande euforia em torno desses espaços, levando a uma intensa participação da sociedade civil, hoje a realidade se mostra oposta. Por sua vez, a manutenção de cerca de quatro décadas de existência dos conselhos é algo que não pode ser desconsiderado.

Por fim, cabe à sociedade mobilizar os cidadãos pelo permanente interesse em participar dos conselhos, comprometendo-se assim com o interesse público e o controle social sobre as políticas públicas.

A participação deve ser compreendida como um importante instrumento de acesso à cidadania, mas as pessoas precisam entender o seu envolvimento no processo de organização coletiva para a busca de soluções aos problemas da sociedade como um direito de sua cidadania. Por isso mesmo, a participação é um instrumento de poder. No entanto, este instrumento de poder pode ser utilizado como meio de cooptação/manipulação dos conselhos e movimentos sociais, ou pode ser um meio radical na busca por uma profunda transformação social. Por isso, participação, gestão social e controle social demandam tempo e ação continuada, que exigem processo educativo permanente.

Por fim, diante da fragilidade dos espaços públicos, em seus deferentes arranjos e institucionalidades, dependentes de decisões de órgãos governamentais/estatais, há que reforçar a necessidade de autonomia dos espaços públicos para fazer frente aos retrocessos democráticos e ao avanço da autocratização no Brasil e no mundo, os conselhos devem se constituir em espaços e processos de resistência. Vivemos em um dos países mais desiguais do mundo e com a maior biodiversidade do planeta. Temos uma riqueza cultural imensurável. E nesse cenário parece inviável gestar o



desenvolvimento desde os centros de poder, muitas vezes descoladas da realidade do tecido social.

O presente projeto está sendo encerrado, mas não a pesquisa da temática que abordou. A temática da gestão e controle social dos processos de planejamento e da promoção do desenvolvimento regional e territorial continua aberta e desafia os pesquisadores a dar continuidade, pois o estudo permitiu fortalecer um conjunto de evidências que já estavam presentes nas suas preocupações, mas abriu muitas portas para avançar nos estudos e viabilizar novos entendimentos e busca de alternativas para os desafios e limitações evidenciados.

7. Referências Bibliográficas

ALLEBRANDT, S. L. Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. Santa Cruz do Sul. 2010. 312f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2010.

ALLEBRANDT, S. L. Conselhos municipais: potencialidades e limites para a efetividade e eficácia de um espaço público para a construção da cidadania interativa. In: Encontro Anual da Anpad (27). Atibaia, SP, set. 2003. *Anais...* Curitiba: Anpad, 2003. ISSN 2177-2576.

ALLEBRANDT, S. L. Espaços públicos e processos deliberativos: categorias e indicadores para monitoramento e análise. In: BEDIN, G.A. (Org.). *Cidadania, direitos humanos e equidade*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

ALLEBRANDT, S. L.; TENÓRIO, F. G. (Orgs.). *Controle Social de Territórios: Teoria e Prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. v. 2.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas: a atuação dos conselhos municipais de Ijuí – RS, de 1989 a 2000. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 264 p. – (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série dissertações de mestrado; 32).

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Escopo Teórico. In ALLEBRANDT, Sérgio Luís, TENÓRIO F.G. (Orgs). *Controle Social de Territórios: Teoria e práticas*. Ijuí: Unijuí. 2018. p. 29 a 44.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Gestão social e deliberação em espaços públicos: categorias e indicadores para monitoramento e análise. In TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). *Cidadania, Território e atores sociais*. Rio de Janeiro: FGV. 2016. p. 19- 60.



ALLEBRANDT, Sérgio Luís; KOHLER, Romualdo. A Dinâmica de Participação Social e Promoção do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Coredes e Comudes. In: ALLEBRANDT, Sérgio Luís; TENÓRIO, Fernando Guilherme (Orgs.). *Controle social de territórios: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. v.2.

ALLEBRANDT; Sérgio Luís; CANÇADO, Airton Cardoso; MUELLER, Airton Adelar. Gestão e Controle Social: Uma Relação Entre Sociedade e Estado. In: CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme (Orgs.). *Controle social de territórios: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. v. 4.

ARAÚJO, Guilver Star. Participação social e espaço público: um estudo sobre a representação dos usuários no Conselho de Assistência Social de Barbacena-MG. Belo Horizonte. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) Centro Universitário UNA.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opin. Pública*, v.14, n.1, p.43-64, jun. 2008.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. *Revista Transinformação*, vol. 22, núm. 3, dezembro, 2010, pp. 225-231.

BENSO, Aline. Processos de comunicação, transparência e publicização em práticas de gestão social: o caso do território da cidadania noroeste colonial. Ijuí, 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) -Unijuí, Ijuí.

BOBBIO, N. Estado governo: por uma teoria geral da política. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) Acesso em 17 abr. 2023

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 08 abr. de 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Cidadania Secretaria Especial de Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento de Operação Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. *Caderno do IGD-M*. Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil aos Municípios. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/caderno-do-igd-do-auxilio-brasil-1/cadernodoIGD_M_118221.pdf. Acesso em: 02 abril 2023.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para uma análise da participação e da democracia: cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise – elementos teóricos e



empíricos. *Revista Desenvolvimento em Questão*, ano 10, n. 21, p. 259-266, set/dez.2012.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. *Gestão social: reflexões teóricas e conceituais*. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2011 p.681–703.

CAVALCANTE, P. L. C.; MENDONÇA, L. K.; BRANDALISE, I. Políticas públicas e design thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. In: CAVALCANTE, P. L. C. *Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia*. Brasília: Ipea, 2019. p. 29–52.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – *Constituição da República Federativa do Brasil*. Edição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

CRUZ, Claudia Ferreira da. *Transparência da Gestão Pública Municipal: Referenciais Teóricos e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://xdocz.com.br/doc/dissertacao-claudia-cruz-final-280q1057w5ow>. Acesso em 10 abr. 2023.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; SILVA, Thomaz Anderson Barbosa; SPINELLI, Mario Vinícius. O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, art. 4, p. 721-743, jul./set. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/31556/62048>. Acesso em: 17 abr. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. La institución de lo común: ¿un principio revolucionario para el siglo XXI? Entrevista por Patrick Cingolani y Anders Fjeld. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 70, p. 65-77, 2019. <https://doi.org/10.7440/res70.2019.06>

DASSO JÚNIOR, Aragon Erico. A participação cidadã além do poder local: em busca de diretrizes e princípios universais para uma gestão pública emancipadora. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Cartagena. 2012.

DEE. Departamento de Economia e Estatística - Idese. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://idesevis.dee.rs.gov.br/>. Acesso em: 28 maio. 2023.

HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 36, p. 39-53, 1995.



HELD, D. Modelos de democracia. Tradução Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987. 297 p.

IBGE. *Censo 2010*. [s. l.], 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 out. 2017.

IBGE. *IBGE Mapas - Malhas digitais*. [s. l.], 2015. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 4 abr. 2020.

IBGE. *PIB por município*. [s. l.], 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio>. Acesso em: 27 abr. 2023.

IBGE. *Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022*. [s. l.], 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 24 abr. 2023.

IJUÍ. Decreto n. 3.644-GEM, de 06 de jun. de 2006. Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Energia e Meio Ambiente - Consema; Revoga Decreto Executivo que menciona e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/ijui/decreto/2006/364/3644/decreto-n-3644-2006-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-municipal-de-energia-e-meio-ambiente-consema-revoga-decreto-executivo-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em abril de 2023.

IJUÍ. Decreto n. 5.438, de 30 de mai. de 2014. Aprova o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento do Município de Ijuí - Codemi; Revoga Decreto que menciona, e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/ijui/decreto/2014/544/5438/decreto-n-5438-2014-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-de-desenvolvimento-do-municipio-de-ijui-codemi-revoga-decreto-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=Conselho+Municipal+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+de+Iju%C3%AD>. Acesso em abril de 2023.

IJUÍ. Lei Complementar n. 6.929, de 21 de jan. de 2020. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Ijuí, consolida a legislação urbanística; revoga legislações que menciona, e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/ijui/lei-complementar/2020/692/6929/lei-complementar-n-6929-2020-institui-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-ijui-consolida-a-legislacao-urbanistica-revoga-legislacoes-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em abril de 2023.

IJUÍ. Lei n. 2.659, de 07 de ago. de 1991. Cria o Conselho Municipal de Energia e Meio Ambiente e dá outras Providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/ijui/lei-ordinaria/1991/265/2659/lei-ordinaria-n-2659-1991-cria-o-conselho-municipal-de-energia-e-meio-ambiente-e-da-outras-providencias>. Acesso em abril de 2023.



KRONEMBERGER, Thais Soares; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Desenvolvimento Territorial Rural em Perspectiva Comparada: Brasil e Argentina. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme; VILLELA, Lamounier Erthal. *Controle social de territórios: teoria e prática* (Orgs.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. v.3 (Coleção gestão e desenvolvimento).

LIMA, Cássia Helena Pereira; MACHADO, Luis Antonio Alves; SILVA, Priscila Pinheiro da; DEGOW, Denise. DO SIGILO À TRANSPARÊNCIA: avaliação do primeiro ano da lei de acesso à informação em uma autarquia federal. In X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro. 2014.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, n. 57, p. 49-65, mar. 2016.

LÜCHMANN, L. H. H. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. *Cadernos de Pesquisa do PPGSP/UFSC*, n. 33, p. 1-44, nov. 2002.

MARTINS, C. E. Governabilidade e controles. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, n. 1, p. 5 a 20, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9174> . Acesso em: 8 abr. 2023.

MATOS, H. (Org.). *Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas*. São Paulo: Eca/Usp, 2012.

MELO, Francys Johnn Almeida de. A IMPORTÂNCIA DAS LEIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL: um estudo em sites oficiais de municípios alagoanos. Santana do Ipanema, 2018. 67f. Monografia (TCC) em Ciências Contábeis. UFAL/Alagoas. 2018.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. *Revista Katálysis*, v. 10, p. 143-153, 2007.

MORONI, J. A. *Participamos, e daí?* Disponível em: <https://ibase.br/>. Acesso em: 20.abr.2023.

NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: NOBRE, Marcos; COELHO, Vera Schattan P. (orgs). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

OLIVEIRA, Robson Ramos; RIBEIRO, Sonia Cristina. TRANSPARÊNCIA A PARTIR DE PORTAIS DE GOVERNOS: uma revisão da literatura. In X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de. Conselho Municipal de Desenvolvimento de Ijuí: Análise dos projetos eleitos na Consulta Popular 2016/2017. In VIII Seminário de Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul. 2017.



PAES DE PAULA, A.P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PAZ, Rosângela D. O. Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

RIBAS, Taciana Angélica Moraes. Controle social do desenvolvimento regional à luz da gestão social no âmbito do Corede missões. Ijuí, 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) -Unijuí, Ijuí.

RIBAS, Taciana Angélica Moraes; ALLEBRANDT, Sérgio Luís; KRÜGER, Roseli Fistarol. Controle Social do Desenvolvimento Regional no Âmbito do Corede Missões. In: ALLEBRANDT, Sérgio Luís; TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). Controle social de territórios: teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. p. 71-102. v.2.

SANTO ANGELO. Lei 1.683/1993. Conselho de Desenvolvimento Agropecuário de Santo Ângelo (Comdasa). Disponível em: Lei Ordinária 1683 2009 de Santo Ângelo RS (leismunicipais.com.br). Acesso em: 11 mar. 2023.

SANTO ANGELO. Lei 2.985/2006. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (Comdef). Disponível em: Lei Ordinária 2985 2009 de Santo Ângelo RS (leismunicipais.com.br). Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTO ANGELO. Lei 3.346/2009. Conselho Municipal de Saúde (CMS). Disponível em: Lei Ordinária 3346 2009 de Santo Ângelo RS (leismunicipais.com.br). Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTO ANGELO. Lei Municipal Nº 3.559 de 11 de Outubro de 2011. Conselho Municipal Da Cidade. Disponível em: (leismunicipais.com.br) Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTO ANGELO. Lei Municipal Nº 4.126 de 29 de Março de 2017. Conselho Municipal De Assistência Social. Disponível em: (leismunicipais.com.br) Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTO ÂNGELO. *Prefeitura Municipal de Santo Ângelo - Conselhos*. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/conteudos/618-relacao-dos-conselhos>. Acesso em: 28 maio 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Carlos Soares dos; QUELHAS, Osvaldo L.G. O QUE É TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL? In X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro. 2014.

SANTOS, L. J. P. Comunicação Pública e Participação Social Alinhadas: breves resultados observados no programa Dialoga Brasil (2015-2016). *Revista dos Estudantes de Públicas*. v.3, n.1, p. 29-52, 2018.



SÃO PAULO. CONSEMA. Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo. Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: conceito. In: Tenório, F. G.; Kronemberger, T. S. *Gestão social e conselhos gestores*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. v. 3.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 5, p. 7 a 23, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7754>. Acesso em: 8 abr. 2023.

TENÓRIO, F. G. Inovando com democracia, ainda uma utopia. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 33, n. 6, p. 229-238, nov./dez. 1999.

TENÓRIO, F. G. *Uma alternativa: gestão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ALTIERI, Tenório Diego; KRONEMBERGER, Thais Soares. *Gestão e Controle Social: Perspectiva Comparada*. In: CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme (Orgs.). *Controle social de territórios: teoria e prática*. Ijuí: v.4. Ed. Unijuí, 2018.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. (Re)visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 101-124, jan./jun. 2005.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. *Cidadania e Desenvolvimento Local*. Ijuí: UNIJUI, 2007a.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. *Cidadania*. In: TENÓRIO, F. G. *Cidadania e desenvolvimento local*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007b. p. 25-70.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. Escopo teórico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

VILLELA, Lamounier Ertahl. Escopo Metodológico. In TENÓRIO, Fernando Guilherme (ORG.) *Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 35 – 46.

IJUÍ (RS), 30 de JUNHO de 2023.